



ANAIS

XII Fórum de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

Universidade de Araraquara – UNIARA

24 DE JUNHO

2022



XII Fórum de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente
Universidade de Araraquara – UNIARA



Ficha Catalográfica

F839 Fórum de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. 12. Anais.
24 jun. Araraquara: UNIARA- Universidade de Araraquara,
2022.
108f.

Vários Autores

1. Desenvolvimento territorial. 2. Meio ambiente. I. Título

CDU 577.4

Ficha Elaborada por: Rosmary dos Santos- CRB-8/4439

Universidade de Araraquara – UNIARA
Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara – CEP: 14801-320
Site: www.uniara.com.br / Tel. (16) 3301-7100

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA

Reitor

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro

Pró-reitoria Acadêmica

Prof. Flávio Módolo

Pró-Reitoria Administrativa

Fernando Soares Mauro

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Centro Integrado de Estudos e Pesquisas

Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo

Comissão Organizadora do XII Fórum de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

Secretárias Executivas

- Ivani Ferraz Urbano
- Maria Silvia Correa
- Fernanda Cesar da Silva
- Estefani Carolina Nardin
- Beatriz Taynara da Silva
- Thatiany Mariano

Comissão Científica e Conselho Editorial

- Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante - Coordenadora
- Profa. Dra. Maria Lucia Ribeiro
- Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo
- Prof. Dr. Guilherme Rossi Gorni
- Profa. Dra. Alessandra Santos Nascimento

Apoio Técnico

- Celso Andretta Junior – Web
- Juliano Marcelo – Web
- Rafael Lopes – Web
- Rodrigo Sallun – Publiara
- Michel Roberto da Silva - Publiara
- Natalia Fernanda Nunes – Assessoria de Imprensa
- Christiano Kobal Oliveira Dias de Andrade – Assessoria de Imprensa

APRESENTAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar ao público, os Anais do XII FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE DA UNIARA, realizado no dia 24 de junho de 2022, com tema no estudo das POLÍTICAS PÚBLICAS, VULNERABILIDADES SOCIAIS E DESAFIOS AMBIENTAIS.

O evento buscou dar continuidade às iniciativas de fomento e fortalecimento dos estudos interdisciplinares do Programa de Pós-Graduação e também às de divulgação de seus resultados, os quais têm contribuído para o desenvolvimento social, econômico, educacional, científico, cultural e ambiental. Nesse caminho, o fórum procurou aumentar a disposição intelectual e política desta universidade para contribuir na construção de alternativas teóricas e práticas para os problemas vivenciados pela sociedade, inclusive, ampliando e fortalecendo o intercâmbio com outros pesquisadores e instituições nacionais e internacionais.

O tema das políticas públicas ganha projeção e destaque porque é necessário que as áreas sociais estejam protegidas e com financiamento garantido para assegurar aos cidadãos o direito à saúde, educação, habitação, assistência social, etc. Foi a partir da Constituição de 1988 que a universalidade desses direitos se tornou um princípio norteador para a maioria das políticas sociais. No entanto, as políticas públicas voltadas aos direitos sociais e ambientais têm percorrido uma trajetória caracterizada por ganhos e perdas, com graves consequências para os mais vulneráveis.

Neste XII Fórum foram abordados temas das políticas públicas, com ênfase às políticas sociais e ambientais, destacando tais políticas como uma conquista social, um dever do Estado e um direito do cidadão e nunca como filantropia, benesse ou benevolência do governo, seja este municipal, estadual ou federal.

A mesa redonda de abertura teve como tema “POLÍTICAS PÚBLICAS, VULNERABILIDADES SOCIAIS E DESAFIOS AMBIENTAIS”. Foi mediada pela Profa. Dra. Alessandra Santos Nascimento e contou com os seguintes palestrantes:

Profa. Dra. Luciléia Aparecida Colombo (UFA): “O federalismo assimétrico e a descentralização: impacto nas agendas políticas locais”.

Prof. Dr. Diego Joel Demarco (UFRS): “O papel das capacidades burocráticas na implementação e gestão de políticas públicas: um olhar sobre a realidade municipal”.

Prof. Dr. Nemesio Salvador (UNIARA): “Políticas públicas ambientais no Brasil: evolução e involução”

Durante o evento foram apresentados 84 trabalhos, cujos resumos estão aqui apresentados e distribuídos nas seguintes mesas:

Mesa 1- Políticas públicas e sociais na atualidade: desafios e estratégias (16 trabalhos)

Mesa 2- Meio ambiente e sustentabilidade: políticas e indicadores (24 trabalhos)

Mesa 3- Políticas de segurança alimentar e questões agrárias: mediações necessárias (18 trabalhos)

Mesa 4- Políticas públicas territoriais e Desenvolvimento (16 trabalhos)

Mesa 5- Educação Ambiental (11 trabalhos)

Em nossa avaliação, XII FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE DA UNIARA foi um grande sucesso, tanto do ponto de vista do público presente, mesmo que de forma remota, como principalmente pela qualidade científica dos trabalhos apresentados. Com a presente publicação, publicação dos Anais, o leitor terá a oportunidade de avaliar a qualidade e repercussão científica dos mesmos.

A Comissão de organização do XII FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE agradece imensamente a ajuda recebida pelos colegas, secretarias e, principalmente aos alunos, cuja presença e participação é o nosso incentivo maior.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente -
UNIARA

Centro de Estudos Ambientais – CEAM/UNIARA

Núcleo de Pesquisas e Documentação Rural – NUPEDOR/UNIARA

Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Local e Meio Ambiente – NPDL/UNIARA

SUMÁRIO

SUMÁRIO	08
Programação	09
Resumos	17
Políticas públicas e sociais na atualidade: desafios e estratégias	18
Meio ambiente e sustentabilidade	35
Políticas de segurança alimentar e questões agrárias: mediações necessárias	60
Políticas Públicas Territoriais e Desenvolvimento	79
Educação Ambiental	97

PROGRAMAÇÃO

MESA 1: Políticas públicas e sociais na atualidade: desafios e estratégias	
Título	Autores
A PANDEMIA DA COVID-19 E O DIREITO AMBIENTAL À LUZ DO MÍNIMO EXISTENCIAL AMBIENTAL: DAS CONCEPÇÕES ÀS FORMULAÇÕES LEGAIS E JURISPRUDENCIAIS	ADEMILSON PEREIRA RIBEIRO; ORIOVALDO QUEDA
OS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA E POTENCIAIS DA INOVAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E CONSUMO	LUIZ GUSTAVO ENNES PIZZAIA; LARISSA SAPIENSA GALVÃO LEAL; HENRIQUE CARMONA DUVAL; JOSE MARIA GUSMAN FERRAZ
APLICATIVOS DE REFLORESTAMENTO NO BRASIL: ALTERNATIVAS AO CAPITALISMO PREDATÓRIO POR MEIO DE UMA ECONOMIA VERDE	LUCAS PIMENTA ALAMPE; THALES RODRIGO ALVES BORCEDA; ANDRÉ SEROTINI
PROGRAMAS AMBIENTAIS EM USINAS SUCROALCOOLEIRAS COMO INCENTIVO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS	RICARDO ALEXANDRE RODRIGUES GARCIA; NEMÉSIO SALVADOR; SANDRA IMACULADA MAINTINGUER
TRABALHO, TERRITORIALIDADE E CONFLITOS AMBIENTAIS DOS PESCADORES ARTESANAIS: UM ESTUDO NA CAMUNIDADE PESQUEIRA DO NZETO-ANGOLA	HENRIQUE BERNADETH GONÇALVES; MARIA LÚCIA RIBEIRO
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS DE USO MÚLTIPLO E DE CONSERVAÇÃO NOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS	RENATA E. CARVALHO; JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ
ATENÇÃO GOVERNAMENTAL NA ESFERA FEDERAL: POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL (1992 - 2012)	ISABELLA GENTILE DE OLIVEIRA; ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO; HELENA CARVALHO DE LORENZO
RESISTÊNCIA E DESESTRUTURAÇÃO DO MODO DE VIDA: A CHEGADA DA SOJA NO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE	JONH ENNYS COSTA; OSVALDO ALY JUNIOR

MESA 1: Políticas públicas e sociais na atualidade: desafios e estratégias	
Título	Autores
A BUROCRACIA E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: TIPOS E IMPACTOS	CRISTIANE DE CASSIA PANELI; JULIANO GIL ALVES PEREIRA; JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ; ZILDO GALLO
FATORES DE REJEIÇÃO DE ARTIGOS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS MULTIDISCIPLINARES	THATIANY MARIANO; MARIA LUCIA RIBEIRO
A FORMAÇÃO DA (AGENDA-SETTING) DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS	MARA MAIA; HILDEBRANDO HERRMANN

REFLEXÕES SOBRE HUMILDADE CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	ANA IZABEL NASCIMENTO SOUZA
OS POSTOS DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR (PATs) NO ESTADO DE SÃO PAULO E A NECESSIDADE DA ALFABETIZAÇÃO DIGITAL	MARCO AURÉLIO TIODOLINO; VERA MARIZA HENRIQUES DE MIRANDA COSTA
CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA OS MUNICÍPIOS E TERCEIRO SETOR	ANA CAROLINA SILVA; SERGIO AZEVEDO FONSECA
PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU-AL	JANAYSON RODRIGUES DOS SANTOS; HENRIQUE CARMONA DUVAL
AS NOVAS FORMAS DE ACESSO À SAÚDE, COM O ADVENTO DA PANDEMIA E NO PÓS-COVID19: UMA RELEITURA DOS PRINCÍPIOS DA INTEGRALIDADE, EQUIDADE E UNIVERSALIDADE NO SUS	GUSTAVO RODRIGUES DE OLIVEIRA, HELENA CARVALHO DE LORENZO

MESA 2: Meio ambiente e sustentabilidade 1

Título	Autores
RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: A LUZ DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICANCIA VERSUS O PRINCÍPIO DO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO	JULIA MARQUES BIZZETTO; MARCELA MATOS SANTOS PERRONI
AGROECOLOGIA NA RE-CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	MARCELA MATOS SANTOS PERRONI; ANDRÉ SEROTINI
AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE ECOTURÍSTICO AREIA BRANCA: SUBSÍDIOS PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL LOCAL	GILBERTO ANTONIO LUIZ; JULIANO JOSE CORBI
ESTIMATIVA DE BIOMASSA DE TUBIFICÍDEOS (OLIGOCHAETA: NAIDIDAE) FRENTE ÀS ALTERAÇÕES AMBIENTAIS	MARIANA FUTENMA DE LIMA; GUILHERME ROSSI GORNI
CONTRIBUIÇÕES À AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE PLANOS DE MINERAÇÃO. ESTUDO DE CASO DO VALE DO RIBEIRA-SP	JOSIÊ SEPE; NEMÉSIO NEVES BATISTA SALVADOR
COMUNIDADE PEDREIRA: CONVIVÊNCIA E CONFLITO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CABREÚVA.	PAULO ROBERTO FRANCHI DUTRA; JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ

MESA 2: Meio ambiente e sustentabilidade 1

Título	Autores
A QUESTÃO DA DUPLA IMPUTAÇÃO PENAL NOS CRIMES AMBIENTAIS ENVOLVENDO EMPRESAS INDIVIDUAIS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI) E A PESSOA FÍSICA DO EMPRESÁRIO	MARIO MEGALE DA SILVEIRA FILHO; HILDEBRANDO HERMMAN
O USO DE PLANTAS MEDICINAIS EM RITUAIS RELIGIOSOS	EDUARDO DONATO ALVES; FLÁVIA CRISTINA SOSSAE; MARIA LÚCIA RIBEIRO

ENTRELAÇAMENTOS ENTRE PROMOÇÃO DA SAÚDE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DE ESCOPO	JEOVANA DOS SANTOS CARVALHO; ELLEN SANTOS CASTRO; MARCELO SANTOS AGUILAR; JEANDSON MORAES SILVA; ANSELMO CORDEIRO SOUZA
QUINTAIS PRODUTIVOS: EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES ASSENTADAS EM TERRITÓRIOS DE MONOCULTURA	GABRIELA DE MENEZES FREITAS, VERA LUCIA S. BOTTA FERRANTE, FLAVIA CRISTINA SOSSAE
ESTÉTICA E GESTÃO DE RESÍDUOS: TEORIA E PRÁTICA EM DISCUSSÃO	JULIANA REBECHI RONCHI; VERA LUCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE, MARIA LUCIA RIBEIRO

MESA 3: Meio ambiente e sustentabilidade 2

Título	Autores
DESENVOLVIMENTO DE MUDAS DE MANJERICÃO (OCIMUM BASILICUM L.) CULTIVADO SOB DIFERENTES COMPOSIÇÕES DE SUBSTRATOS ORGÂNICOS	ANTONO WAGNER PEREIRA LOPES; CESAR AGUSTO FELICIANO; FÁBIO BESERRA SANTANA; VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE
USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE- SP	LAVÍNIA JARDIM; FLÁVIA CRISTINA SOSSAE; MARIA LÚCIA RIBEIRO
A IMPORTÂNCIA SOCIOAMBIENTAL DAS PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANCS): UMA MINI REVISÃO.	FRANCISCA PEREIRA MORAES; DANY GERALDO KRAMER
O USO DE AGROTÓXICOS NA CULTURA CANAVIEIRA E OS IMPACTOS NEGATIVOS NA SAÚDE HUMANA E AMBIENTAL	ELISA RACY CARLINI; VERA LÚCIA SILVERIA BOTTA FERRANTE; MARIA LÚCIA RIBEIRO
ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: ESTUDO MULTICASO NA MICROREGIÃO LITORAL SUL DO RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL	DANY GERALDO KRAMER; AMANDA ALMEIDA GOMES DANTAS; ANDRÉ NAGALLI
RECICLANDO E TRANSFORMANDO VIDAS	RODRIGO CARLOS DE PAULA; ANDRÉ SEROTINI

MESA 3: Meio ambiente e sustentabilidade 2

Título	Autores
UMA DÉCADA DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SEUS IMPACTOS: UM ESTUDO NO PANORAMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE 2021	FABIANO TADEU SAMPAIO; BRUNA CÁSSIA RODRIGUES GUARDIANO; ANDRÉ SEROTINI
SEGURANÇA JURÍDICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVOS AO SANEAMENTO BÁSICO COPASA-MG 2020-2021	HELEM NAARA MACHADO DA SILVA; SANDRA IMACULADA MAINTINGUER

IMPLANTAÇÃO DA USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA COMO ALTERNATIVA PARA REINTEGRAÇÃO DE ÁREA DE ATERROS DESATIVADOS: O CASO DE ARARAQUARA	NATÁLIA ROCHA IMBRIANI; MARCUS CEZAR AVEZUM ALVES DE CASTRO
PROJETO AGROECOLÓGICO ZAPATISTA: DESAFIOS DA RECICLAGEM	CLÁUDIO RODRIGUES DA SILVA
PRODUÇÃO DO BIODIESEL NO BRASIL E A GERAÇÃO DE GLICEROL BRUTO	MIRIAN BARBOSA DA SILVA RUFINO; SANDRA IMACULADA MAINTINGUER; MARIA LUCIA RIBEIRO
GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS, AÇÕES E RESULTADOS	ANA CAROLINA GANDINI PANEGOSSO; MARCUS CESAR AVEZUM ALVES DE CASTRO
EFEITO DA SÍNDROME URBANA NA QUALIDADE DO SEDIMENTO EM CORPOS HÍDRICOS DISTINTOS POR MEIO DA BIOLOGIA DO ORGANISMO CHIRONOMUS SANCTICAROLI COMO FERRAMENTA DE ESTUDO	MARCELO MARQUES DELL'ACQUA; GUILHERME ROSSI GORNI; JULIANO JOSÉ CORBI

MESA 4: Políticas de segurança alimentar e questões agrárias: mediações necessárias

Título	Autores
A INSEGURANÇA ALIMENTAR CAUSADA PELA COVID-19 NO BRASIL E O CENÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	LETÍCIA BARBOSA DE MELO; ANA BEATRIZ DO AMARAL SOUZA; GABRIELA DE SOUZA BARBOSA; HEITOR LEMOS MARTINS; CRISTINA VELOSO DE CASTRO; ANDRÉ SEROTINI
OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA FEIRA ORGÂNICA “DA ROÇA PARA A MESA” NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA	LARISSA SAPIENZA GALVÃO LEAL; HENRIQUE CARMONA DUVAL; LUIZ GUSTAVO ENNES PIZZAIA; VERA LUCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE
FORMA TRADICIONAL DE USO DA TERRA, CONFLITOS FUNDIÁRIOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI E SEU ENTORNO	BEATRIZ ROQUE DOS SANTOS; ALAN FABER NASCIMENTO
DIAGNÓSTICO DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DE DOIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE PAULISTA	RONALDO WILSON DE GODOI; HENRIQUE CARMONA DUVAL
CONQUISTAS E DESAFIOS ENFRENTADOS POR UMA COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO RAMO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ	LEONOR VENSON SOUZA; ORIO WALDO QUEDA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE FOZ DO IGUAÇU E HERNANDÁRIAS NO PARAGUAI – UMA ANÁLISE COMPARATIVA	LEONOR VENSON DE SOUZA; SINVALES ROBERTO SOUZA; FERNANDA MÁRCIA KUMM
TITULAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO: AVANÇO OU RETROCESSO	ELIZIÁRIO, RUBENS DE OLIVEIRA; OSVALDO ALY JUNIOR; VERA LUCI SILVEIRA BOTTA FERRANTE
CRÉDITO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: BREVE DISCUSSÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU-AL.	JANAYSON RODRIGUES DOS SANTOS; HENRIQUE CARMONA DUVAL
DESINFORMAÇÕES, TENSÕES E NECESSIDADES: OS DISCURSOS SOBRE TITULARIDADE DAS TERRAS NOS ASSENTAMENTOS SOB A ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO ITESP	REGINALDO BARBOSA DE ALMEIDA; VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE
POLÍTICA PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR	JAQUELINE MENDES; JUNIOR CHAVES RODRIGUES

MESA 4: Políticas de segurança alimentar e questões agrárias: mediações necessárias

Título	Autores
DESCONFIGURAÇÃO DO PNAE EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESCONTINUIDADES NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	ELIANE DE ALMEIDA; VERA LUCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: DA TERRA PARA A MESA DE QUEM MAIS PRECISA	ANGÉLICA DE OLIVEIRA MACHADO MALTA; FLÁVIA AFONSO XAVIER BATISTA; PAULO DE TARSO OLIVEIRA
REASSENTAMENTOS COLETIVOS URBANOS: RECONSTRUÇÕES DE VIDA SOBRE ALICERCES DESCONHECIDOS	JANETE AVELAR GUIMARÃES DANTAS CAMPOI; MARIA LUCIA RIBEIRO; VERA LUCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE
OS MELHORES TRABALHOS EXTENSÃO RURAL NA REGIÃO DE JALES (SP) E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: CAMINHOS CONVERGENTES?	ISABELA OLIVEIRA SANTOS; ANTONIO LAZARO SANT'ANA
AS MEDIAÇÕES ENTRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, AGRICULTURA FAMILIAR E O DIREITO SOCIAL À TERRA	MATEUS ROCHA LIMA; ARIZA MARIA ROCHA
POLÍTICA DE ESTADO OU DE GOVERNO? 20 ANOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ARARAQUARA-SP	MARCELO MAZETA LUCAS; LUIZ MANOEL DE MORAES CAMARGO ALMEIDA
DAS TERRAS LIVRES AOS TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO NO ARAGUAIA PARAENSE: TRAJETÓRIA, INTERESSES E CONFLITOS	FRANCISCO BATISTA DURÃES; JOELSON GONÇALVES DE CARVALHO

“MULHERES, DONAS DE CASA TATUIANAS”: SAÚDE, EMPODERAMENTO E BEM-ESTAR EM TEMPOS DE PANDEMIA	LEILIANE PEREIRA DA SILVA; ERIKA NOGUEIRA SOARES DE LIMA; CAROLINE DE OLIVEIRA RESENDE; LILIAN BRAZ RODRIGUES DE ARAÚJO PIRES; MIRIAN VITORIA FERNANDES LOPES; DAIANE RONCATO CARDOZO
---	---

MESA 5: Políticas Públicas Territoriais e Desenvolvimento	
Título	Autores
COVID-19 E A MOBILIDADE URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO: UM OLHAR SOB A ÓTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE A PANDEMIA E OS IMPACTOS DA RESTRIÇÃO DE ACESSO COMO OBSERVATÓRIO PARA DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA REGIONAL	DENISE CRISTINA ROSARIO VIEIRA; MARIA LÚCIA RIBEIRO; LEONARDO RIOS
PARQUE ECOLÓGICO DO SÓTER EM CAMPO GRANDE/MS: INICIATIVA PÚBLICA DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	GABRIELE SCHLOTEFELDT SANTOS; CLEONICE ALEXANDRE LE BOURLEGAT; FELIPE BULLER BERTUZZI
CONVIVIALIDADE NO USO E APROPRIAÇÃO COMUNITÁRIA DA ORLA MORENA DE CAMPO GRANDE/MS	LUIDY SANT' ANNA HERMÓGENES; DOLORES PEREIRA COUTINHO; JULIANA CASADEI
GOVERNANÇA COLABORATIVA URBANA DE PRAÇAS E PARQUES DE CAMPO GRANDE/MS	TIAGO DE SOUZA RICALDES; JULIANA CASADEI; CLEONICE LE BOURLEGAT; DOLORES COUTINHO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OS PARQUES TECNOLÓGICOS: ESTUDO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PR	KAUANA NASSIN SAFA; SINVALES ROBERTO SOUZA
CO-CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ADOTADAS EM CAMPO GRANDE/MS EM ESPAÇOS DE CONVÍVIO/DINAMICAS TERRITORIAIS SUSTENTÁVEIS	LUIZA ORRIGO SILVA; ANA CLÁUDIA MARQUES; CLEONICE ALEXANDRE LE BOURLEGAT
TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE: AVANÇOS E DESAFIOS PARA A FIOCRUZ MATA ATLÂNTICA E ENTORNO, RJ	CLAUDIA FATIMA MORAIS DOS SANTOS PIKANÇO; JANAINA FLORINDA FERRI CINTRÃO

MESA 5: Políticas Públicas Territoriais e Desenvolvimento	
Título	Autores
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ANÁLISE COMPARATÓRIA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS EM CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS NA REGIÃO OESTE DA CIDADE DE SÃO CARLOS-SP	KEITHY JULIANE DE OLIVEIRA; LEONARDO RIOS; MARIA LÚCIA RIBEIRO

DIMENSÕES E INDICADORES PARA TRANSFORMAR A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR EM UMA CIDADE MAIS INTELIGENTE	SINVALES ROBERTO DE SOUZA; LEONOR VENSON SOUZA; FERNANDA MÁRCIA KUMM
POLÍTICA PÚBLICA DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E O PROGRAMA PIPE/FAPESP: CRESCIMENTO E FORMAÇÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	LEANDRO SEVERO; HELENA CARVALHO DE LORENZO
A BASE DE EXPORTAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO PARAGUAI	DÉBORA CRISTINA SCHMIDT LEITE; SÍNVALES ROBERTO SOUZA; BÁRBARA FRANÇOISE CARDOSO BAUERMANN
PARQUE FLORESTAL ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE (HORTO FLORESTAL) EM CAMPO GRANDE/MS NA CATALISAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	SILVANA ROMANINI MONTI; FELIPE BULLER BERTUZZI
REMANEJAMENTO COMPULSÓRIO POR HIDRELÉTRICAS: QUALIDADE DE VIDA EM DOIS TEMPOS	ANTONIO MARCOS CAMPOI; OSVALDO ALY JUNIOR; VERA LUCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE
DISCLOSURE DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE COMUNICADAS NOS RELATÓRIOS DE GESTÃO ANUAL DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAS DO OESTE DO PARANÁ	FERNANDA MÁRCIA KUMM; LEONOR VENSON SOUZA
MAPEAMENTO DA AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA COMO INSTRUMENTO NORTEADOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	ANDRÉ AUGUSTO PAVAN; LUIZ MANOEL DE MORAES CAMARGO ALMEIDA
TRAJETÓRIA DAS UNIVERSIDADES PRIVADAS NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA DAS ESTRATÉGIAS E INTERFACES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO	GERALDA CRISTINA DE FREITAS RAMALHEIRO; HELENA CARVALHO DE LORENZO

MESA 6: Educação Ambiental

Título	Autores
UNIDADES EDUCACIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: ARBORIZAÇÃO COMO PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	GEORGE PETRALLÁS; FLAVIA CRISTINA SOSSAE; MARIA LUCIA RIBEIRO
JOGO EDUCATIVO SOBRE AGROTÓXICOS: ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA ABORDAGEM JUNTO A COMUNIDADES ESCOLARES	VIVIAN RAYANE DE MORAIS ALMEIDA; DANY GERALDO KRAMER
A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E FORMAÇÃO DE JOVENS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE SERRA DOS AIMORÉS/MG	JOSÉ RODRIGUES JUNIOR; MARCIO MIRANDA SANTOS

ESPECIALIZAÇÃO EM DIDÁTICA: RESSIGNIFICANDO A PRÁTICA DOCENTE	MARCIO MIRANDA SANTOS; JOSÉ RODRIGUES JUNIOR; ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INFÂNCIA SEM TERRA: VIVÊNCIAS NA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA	DAIANE LEITE BARBOSA RAMOS; VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE
AVALIAÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES, ATIVIDADE FÍSICA, EM RELAÇÃO A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL E SENSAÇÃO DE BEM-ESTAR DOS ALUNOS DE DIFERENTES CURSOS DE GRADUAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	CRISTIANE DE CASSIA PANELI; JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ; ZILDO GALLO

MESA 6: Educação Ambiental

Título	Autores
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA PERCEPÇÃO DOS DIVERSOS ATORES EM UMA COMUNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DE COLATINA/ES	NEUCEDES VALLANDRO BROSEGHINI; FLÁVIA CRISTINA SOSSAE; MARCUS CESAR AVEZUM ALVES DE CASTRO
ASPECTOS EDUCACIONAIS E INCLUSIVOS DO SURDO POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DO APARELHO AUDITIVO	ERASMO APARECIDO PICCOLO; HENRIQUE CARMONA DUVAL
O AVANÇO DAS NOVAS TECNOLOGIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA	DANIELLE CRISTINA REAL AQUINO; ZILDO GALLO
POLÍMEROS E MEIO AMBIENTE: DIVERSIFICAÇÃO PEDAGÓGICO ATRAVÉS DE JOGO EDUCATIVO	EMYLLE ANNE COSTA; DANY GERALDO KRAMER
UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PRESENTES NO PROJETO "PARCEIROS DA ESCOLA" PARA OS PROCESSOS FORMATIVOS DE EDUCADORES E GRADUANDOS	MATHEUS HEIDERICH MORENO; MARIA BETANEA PLATZER; EDUARDO DONATO ALVES

RESUMOS

Políticas públicas e sociais na atualidade: desafios e estratégias

A PANDEMIA DA COVID-19 E O DIREITO AMBIENTAL À LUZ DO MÍNIMO EXISTENCIAL AMBIENTAL: DAS CONCEPÇÕES ÀS FORMULAÇÕES LEGAIS E JURISPRUDENCIAIS

ADEMILSON PEREIRA RIBEIRO*; ORIO WALDO QUEDA**

Nos últimos dois anos, o avanço do novo corona vírus tem deixado claras as relações entre as ações da sociedade e suas consequências, tanto na disseminação das doenças quanto, na questão ambiental, em especial no desequilíbrio de ecossistemas. Nesse sentido, é necessário aproveitar este momento histórico, aliado às primeiras decisões prolatadas no Brasil, para refletir sobre a pandemia e o seu impacto ambiental. A pandemia causada pela COVID-19 tem conclamado a sociedade para rever muitos aspectos sobre a vida e suas relações e, entre elas, com o meio ambiente. Nesse contexto, alguns questionamentos já se impõem: Depois que a pandemia passar, será que o consumismo irá perdurar? Haverá uma consciência maior sobre geração do lixo, sobre a cadeia produtiva das coisas e sobre como o ser humano tem gerado um desequilíbrio no planeta? Qual o olhar social legado por tempos tão difíceis? Com o objetivo de aprofundar este conjunto problematizador, é fundamental conceituar o desenvolvimento sustentável diante de um novo objeto de estudo que desponta no cenário científico: uma análise preliminar dos impactos da Pandemia da COVID-19 no Brasil nas concepções e formulações jurisprudenciais e legais de um mínimo existencial ambiental. Quanto à metodologia, é essencial pesquisa documental e bibliográfica, a partir da consulta de decisões judiciais, fontes normativas, artigos científicos, notícias de jornais e revistas de fontes verificadas, entre outras relevantes. Desta forma, este trabalho justifica-se na percepção de que diversos são os impactos socioambientais causados pela pandemia da COVID-19, com reflexos na relação meio ambiente e sociedade, dentre os quais, risco de insegurança alimentar, aumento da pobreza.

Palavras-chave: COVID-19, Meio Ambiente; Direito Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Preservação ambiental; Mínimo existencial ambiental.

* Aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA

** Orientador - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA FEIRA ORGÂNICA “DA ROÇA PARA A MESA” NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

LARISSA SAPIENSA GALVÃO LEAL *; HENRIQUE CARMONA DUVAL **;
LUIZ GUSTAVO ENNES PIZZAIA ***; VERA LÚCIA BOTTA FERRANTE ****

O presente artigo teve como objetivo apresentar as estratégias de manutenção da feira Da Roça pra mesa: feira de alimentos orgânicos e artesanais, no município de Araraquara/SP, em tempos de pandemia. O projeto se reinventou para continuar a cumprir seus objetivos de fomentar a transição agroecológica das famílias assentadas envolvidas e manter a oferta de alimentos orgânicos para os consumidores. Para o levantamento dos dados deste trabalho foram acompanhadas as vendas semanais de cada participante da feira no período anterior à pandemia, portanto até março de 2020, e posteriormente até o mês de fevereiro de 2022. Vários desafios foram colocados à continuidade da produção, da certificação e da própria feira e do atendimento ao público. Foram muitas as dificuldades enfrentadas, mas as diversas estratégias utilizadas possibilitaram a manutenção da feira e a conquista da confiança dos consumidores antigos e de novos consumidores que encontraram na feira. Além de produtos orgânicos de qualidade e preço justo direto do produtor, é também um espaço agradável ao ar livre onde é possível a interação entre os feirantes e frequentadores, com as medidas de prevenção contra a covid-19.

Palavras-chave: Produção orgânica; Circuito curto; Solidariedade.

Instituição financiadora: CAPES

*Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

**Universidade Federal de São Carlos – Campus Lagoa do Sino

***Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

****Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

APLICATIVOS DE REFLORESTAMENTO NO BRASIL: ALTERNATIVAS AO CAPITALISMO PREDATÓRIO POR MEIO DE UMA ECONOMIA VERDE

LUCAS PIMENTA ALAMPE*; THALES RODRIGO ALVES BORCEDA*;
ANDRÉ SEROTINI***

A estrutura do capitalismo enquanto um sistema econômico tem como destaque a problemática do desmatamento, isto é, um processo de degradação da vegetação de uma região causado por uma exploração econômica predatória ou, até mesmo, em virtude da crescente ampliação desorganizada de áreas urbanas, ensejando em desequilíbrio de potenciais bióticos e abióticos fundamentais para a manutenção de ecossistemas. Diante disso, infere-se que um dos principais desafios do mundo capitalista contemporâneo é conciliar o desenvolvimento social e o econômico, considerando os impactos ambientais de cada ação, além de gerar condições de manutenção dos recursos naturais para as gerações futuras. Portanto, objetiva-se com este resumo analisar como os aplicativos para telefones celulares (*smartphones*) ligados ao reflorestamento de regiões no Brasil podem influenciar o modelo econômico atual se valendo de uma alternativa ética para essas instituições dominantes do capital, no sentido de almejar um mundo mais equitativo, como proposto em um desenvolvimento sustentável por meio de uma economia verde, traçando um mapeamento dos seus objetivos e suas funcionalidades do ponto de vista lucrativo. O método de pesquisa utilizado tomou critérios de seleção dos aplicativos considerando o sistema operacional *android*, palavras-chave, instalações e os recursos básicos que se relacionam com o tema, além de se valer de uma pesquisa de caráter descritivo, partindo de uma abordagem bibliográfica. Entre os resultados, observa-se que há poucos aplicativos, considerando as dimensões continentais do país e a quantidade de dispositivos ativos no mercado brasileiro.

Palavras-chave: Reflorestamento. Aplicativos móveis. Desenvolvimento sustentável. Economia Verde.

* Discente do curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Frutal.

*** Pós-Doutorando em Direito na FDRP. Docente do DCJ e do PPGCIAMB da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Líder do Núcleo de Pesquisa Direito, Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – PROPPG 01/2021.

PROGRAMAS AMBIENTAIS EM USINAS SUCROALCOOLEIRAS COMO INCENTIVO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

RICARDO ALEXANDRE RODRIGUES GARCIA*; NEMÉSIO SALVADOR**;

SANDRA IMACULADA MAINTINGUER***

O direito ambiental tem sofrido avanços constantes com a finalidade de alcançar um desenvolvimento sustentável na gestão das empresas. Tal ação visa atender integralmente às normas ambientais, com o objetivo de identificar, mitigar e até punir as empresas que tenham cometido infrações relacionadas à diminuição da biodiversidade provocada pelo desmatamento de áreas e práticas de monoculturas; poluição de rios, subterrâneas e do solo; danos a flora e fauna provocados por desmatamento e incêndios, dentre outros. Para conservar e reparar os danos ambientais é preciso que haja uma fiscalização eficiente exercida como meio para prevenir, monitorar, inspecionar, advertir, punir e corrigir. Portanto a fiscalização coercitiva fica embasada em aplicar sanções impostas pelo Estado que é a autoridade competente para cuidar dos reparos e mitigação provocados pelo meio ambiente. Neste sentido, o presente estudo visou explorar programas ambientais aplicados em empresas como instrumentos de incentivo e adequação às tais práticas realizadas, evitando qualquer responsabilização civil, administrativa e criminal por danos causados, além de implantar ações com a finalidade prevenir ou mitigar qualquer tipo de dano que possa ser ocasionado ao meio ambiente. Foi verificado que vários programas ambientais têm sido implantados em empresas com destaque para ISO 9001; ISO 22000; Certificação ISO 14001; Bonsucro; Energia verde; NORMA FSSC 22000; Etanol verde; RFS2/EPA e RenovaBio. Apesar dessa infinidade de conformidade, a qualidade que é buscada tem total relação com a sustentabilidade, foco estratégico das usinas sucroalcooleiras em detrimento dos combustíveis fósseis, tendo como fator diferencial a renovação e sustentabilidade dos produtos, o que contempla toda a cadeia de suprimentos, conforme exigência das normas regulamentadoras apresentadas nas certificações das usinas.

Palavras-chave: *Compliance* ambiental. Crimes ambientais. Meio ambiente. Proteção.

*Doutorando no Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara;

** Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília, mestrado e doutorado em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela Escola de Engenharia de São Carlos e pós-doutorado em Avaliação de Impactos Ambientais pela Oxford Brookes University.

*** Possui graduação em Ecologia pela UNESP - Rio Claro - SP, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela USP Universidade de São Paulo, com ênfase em Microbiologia Ambiental e Biotecnologia.

TRABALHO, TERRITORIALIDADE E CONFLITOS AMBIENTAIS DOS PESCADORES ARTESANAIS: UM ESTUDO NA CAMUNIDADE PESQUEIRA DO NZETO-ANGOLA

GONÇALVES HENRIQUE BERNADETH*; RIBEIRO MARIA LÚCIA**

No continente africano países marítimos retiram maior parte de sua proteína animal do peixe, perpetuando a tradição e a promessa de alimentos e simbolismos históricos do seu espaço; a pesca artesanal na África fornece uma fonte de subsistência para mais de 35 milhões de pescadores costeiros. Em Angola, a prática da pesca artesanal é realizada por diversas comunidades localizadas ao longo da extensão costeira. A atividade pesqueira é uma modalidade do uso do espaço aquático, terrestre e com interferências da natureza e fenômenos atmosféricos. No entanto, as organizações rurais assim como os demais setores da economia, vêm sendo premiados pela competição e efetuando novas técnicas produtivas. A exploração dos recursos naturais, em alguns casos, tem natureza puramente econômica, de modo a atender os anseios do sistema capitalista, pelo qual promove interesses desiguais entre os atores sociais praticantes. Os diferentes interesses propiciam disputas entre os distintos personagens envolvidos, com a finalidade de dominar os locais que resguardam recursos naturais e implantar suas atividades. Para a geografia, o território é uma categoria de análise que permite a compreensão dos conflitos das relações estabelecidas entre os atores sociais. Sob este enfoque, o estudo objetiva discutir os conflitos socioambientais dos pescadores artesanais com o enfoque no território e o etnoconhecimento no contexto da cadeia produtiva na comunidade pesqueira do Nzeto-Angola. metodologicamente, serão usados dados documentais e a aplicação de entrevista semi-estruturada, e pesquisa participante por meio de observação. Entretanto, o direito do território é negado às comunidades tradicionais, que estão comumente sujeitas a disputas com as diversas formas de materialização do capital.

Palavras-chave: pesca artesanal; território; territorialidade; conflito ambiental; disputas.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente; Universidade Araraquara - Uniara/SP.

** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente; Universidade Araraquara - Uniara/SP.

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS DE USO MÚLTIPLO E DE CONSERVAÇÃO NOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS

RENATA EGIDIO CARVALHO*; JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ**

Através de um projeto financiado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, 12 agricultores de São Luiz do Paraitinga participaram do “Projeto Conexão Mata Atlântica”, que estimulava a transição de uma agricultura convencional para sistemas agroflorestais, tornando-os desta forma prestadores de serviços ecossistêmicos. Foi observado que os agricultores participantes do projeto tiveram uma melhora na renda da família e na sustentabilidade de suas propriedades. Isto ocorreu através das duas modalidades de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSAs): PSA de uso Múltiplo, com o uso sustentável do imóvel e adoção de práticas conservacionistas e PSA de Proteção que visa a conservação e recuperação da vegetação nativa. Os resultados deste Projeto demonstram que é possível promover a conectividade dos remanescentes florestais através de PSAs com a finalidade de proteção da biodiversidade, produção de água e transição para sistemas de produção de base agroecológica no Vale do Paraíba. Para este trabalho foram utilizadas coletas de dados secundários da avaliação do projeto confrontando com a bibliografia sobre o tema em sites de busca e artigos científicos. As metas estipuladas para 2021 para PSA de Uso múltiplo e Proteção apresentaram saldo positivo, inclusive com a aderência de outros agricultores interessados em mudar seu modo de uso e ocupação do solo.

Palavras-chave: Agrofloresta; Serviços Ecossistêmicos; PSA Uso Múltiplo; PSA de Proteção; Políticas Públicas.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

ATENÇÃO GOVERNAMENTAL NA ESFERA FEDERAL: POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL (1992 - 2012)

ISABELLA GENTILE DE OLIVEIRA*; ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO **; HELENA
CARVALHO DE LORENZO ***

O presente trabalho compreende duas temáticas que começam a tomar forma, coincidentemente, a partir da década de 70. De um lado, observamos na academia, o início dos estudos sobre “formação da agenda governamental”; e, de outro, temos, no cenário internacional, o início da preocupação com o desenvolvimento sustentável, que surgia como uma resposta ao problema de um futuro colapso dos recursos naturais. A pesquisa se propôs a entender a trajetória e a movimentação das políticas públicas ambientais brasileiras sob a ótica da atenção governamental federal, no período de 1992 a 2012, no Painel de Legislação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. O período selecionado abarca um momento em que a discussão sobre o desenvolvimento sustentável estava em voga no país, visto que este foi palco de duas importantes conferências internacionais, as chamadas: Rio-92 e Rio+20. Para satisfazer tal objetivo, utilizou-se o Modelo do Equilíbrio Pontuado, desenvolvido por Baumgartner e Jones, que se vale de uma metodologia de análise de conteúdo e propõe o uso de “unidades de codificação” para a análise de documentos textuais, a fim de identificar similaridades e diferenças entre políticas públicas analisadas, identificando o grau de prioridade que cada assunto ambiental recebeu num determinado período. Como semelhante investigação encontra-se em andamento, ela apresenta resultados parciais. De maneira sintética, pode-se indicar que os assuntos mais observados pelas autoridades ambientais foram a Pesca (36,56%) e Áreas Protegidas e Unidades de Conservação (22,38%) e os menos discutidos foram Resíduos Sólidos e Segurança de Barragens, ambos com 0% de observância. Com isso, a pesquisa entende contribuir para o avanço dos estudos sobre a formulação de políticas públicas ambientais no país.

Palavras-chave: Agenda Governamental; Políticas Públicas Ambientais; Modelo do Equilíbrio Pontuado; Painel de Legislação Ambiental.

Instituição Financiadora: CAPES

* Graduada em Administração Pública, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp/SP e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara - Uniara/SP. ** Doutora e Mestre em Sociologia pela Unesp/SP e Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Uniara/SP.

*** Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Uniara/SP.

RESISTÊNCIA E DESESTRUTURAÇÃO DO MODO DE VIDA: A CHEGADA DA SOJA NO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE

JONH ENNYS COSTA*; OSVALDO ALY JUNIOR**

A produção agroexportadora de soja no Baixo Parnaíba, especificamente na região de Magalhaes de Almeida/MA, tem se intensificado causando danos ao meio ambiente como: a desertificação das chapadas, a seca e o desaparecimento dos riachos e igarapés, e a extinção de animais e aves nativas que eram um componente típico da caça e alimentação das comunidades tradicionais. Na última década o agronegócio tem se expandido no Baixo Parnaíba, especificamente nos municípios de Santa Quitéria/MA e São Bernardo/MA, entretanto, na cidade de Santana do Maranhão as comunidades tradicionais com o apoio da Câmara de vereadores do município resistiram e “barraram” a venda das terras para serem utilizadas no pelo agronegócio monocultor. Essa pesquisa visa comparar a situação socioeconômica e ambiental das comunidades tradicionais do município de Magalhaes de Almeida e o município de Santana do Maranhão que até o momento resistem ao agronegócio monocultor. A metodologia utilizada no presente projeto de pesquisa utilizará métodos quantitativos e qualitativos, com aplicação de questionários tanto para as famílias que venderam suas terras, como para aquelas que resistem. Ainda serão entrevistados gestores municipais que participaram direta ou indiretamente destes processos de implantação e expansão da monocultura na região. Por fim, considera-se ser necessária a participação direta das comunidades tradicionais e dos órgãos de proteção ambiental nos processos decisórios de licenciamentos com vistas a frear o impacto do avanço da soja sobre as áreas tradicionalmente ocupadas pelas populações tradicionais e preservar seu modo de vida.

Palavras-chave: Baixo Parnaíba Maranhense, políticas públicas, conflitos agrários, populações tradicionais, agronegócio,

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente UNIARA/SP.

** Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente UNIARA/SP.

A BUROCRACIA E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: TIPOS E IMPACTOS

CRISTIANE DE CASSIA PANELI*; JULIANO GIL ALVES PEREIRA**;
JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ***; ZILDO GALLO****

O objetivo deste trabalho é estudar os impactos de cada tipo de burocracia nas políticas públicas, a partir de sua formulação, até sua implementação, por meio de abordagem qualitativa, utilizando-se o método dedutivo e pesquisa bibliográfica. Justifica-se o estudo ora apresentado pela necessidade de apontar como cada grau da burocracia impacta as políticas públicas. Conclui-se que os tipos de burocracia, conforme seu impacto nas políticas públicas, são de alto e médio escalões e de nível de rua, que trata de implementá-la.

Palavras-chave: Impactos. Burocracia. Políticas Públicas. Escalões. Nível de Rua.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA

** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA

*** Orientador - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA

**** Orientador - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA

FATORES DE REJEIÇÃO DE ARTIGOS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS MULTIDISCIPLINARES

THATIANY MARIANO*; MARIA LUCIA RIBEIRO**

Este resumo tem como objetivo relatar os fatores de rejeição de artigos em periódicos científicos multidisciplinares. A corrida para a publicação de artigos científicos é um dos requisitos impostos aos pesquisadores, e principalmente os vinculados aos programas de pós-graduação stricto sensu. O presente estudo trata-se de um relato de experiência, com dados provenientes de atividades profissionais vivenciadas na gestão de quatro periódicos científicos, com dados coletados entre 08/2017 e 06/2022. Tal pesquisa pretende apontar os principais erros de submissão, relatar os desafios vividos na atividade editorial científica e assim, colaborar de forma relevante para pesquisadores, editores e demais autores na publicação de seus estudos. A análise dos artigos submetidos neste período demonstra a incessante busca de pesquisadores para publicação de suas pesquisas, muitas vezes com resultados ou hipóteses que não trazem dados inéditos com contribuição significativa quando comparados com pesquisas já existentes na literatura, por não apresentarem ou discutirem o estado da arte do tema abordado - características essenciais para publicação de um artigo. A submissão de um artigo, independentemente de sua área, exige do pesquisador a leitura obrigatória das diretrizes de submissão do periódico; no entanto, o que verifica-se na maioria das vezes é essa falta de atenção quanto às normas, falta de atualização de referências completas, ausência da descrição da metodologia do trabalho, falta de referências bibliográficas que caracterizem o manuscrito e a redação que não atende ao estilo científico entre outros fatores básicos que veremos no decorrer na pesquisa. Ainda verifica-se muitos trabalhos sem checagem final de seu orientador, apresentando-se com formatação idêntica apresentada ao trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese, com objetivo somente de atender a solicitação dos programas vinculados quanto a submissão de artigo científico. Assim conclui-se que a demanda dos programas de pós-graduação e outros programas institucionais exigem dos pesquisadores a publicação rápida, e assim disseminando artigos de menor qualidade.

Palavras-chave: Fluxo Editorial; Publicação de artigo; Lacunas editoriais.

*Graduada em Jornalismo e Direito, atualmente trabalha como Analista editorial na Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara, SP.

**Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara, SP.

A FORMAÇÃO DA (AGENDA-SETTING) DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

MARA MAIA*; HILDEBRNADO HERRMANN**

Esse resumo é uma breve apresentação da pesquisa sobre Políticas Públicas com foco na formação da agenda política do Projeto de Lei 191/2020, que tem como objetivo principal apresentar os modelos teóricos envolvidos no processo de *agenda-setting* da mineração, que nos permita compreender por que determinadas questões se tornam problemas públicos, num determinado momento, e emergem na agenda governamental. Discutiremos a *agenda-setting* evidenciando a sua importância no cenário político, especificamente no Congresso Nacional. Adotaremos a pesquisa documental, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, essencialmente, a análise dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e documentos públicos oficiais sobre o tema. Como método adotaremos dois modelos que explicam como as agendas governamentais são formadas e quais as alternativas - o ciclo de políticas públicas (*policy cycle*) de Leonardo Secchi, e o Modelo dos Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*) de John Kingdon. A combinação dos modelos tem por finalidade compreender o processo de criação da agenda política em foco em suas complexidades e contingências, estabelecendo parâmetros para a presente pesquisa. O pressuposto que norteia a produção deste trabalho é a Constituição Federal e os parâmetros mínimos que o estado deve cumprir na condução da exploração mineral em TI e os direitos dos povos indígenas.

Palavras-chave: *Agenda-Setting*. Agenda Política. Políticas Públicas. Mineração em Terras Indígenas.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA

** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA

REFLEXÕES SOBRE HUMILDADE CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ANA IZABEL NASCIMENTO SOUZA*

A percepção sobre os impactos ambientais está vinculada ao olhar cultural sobre o meio onde os indivíduos se inserem. Ações de sustentabilidade ensejam a perspectiva de humildade cultural para sua eficácia. O presente estudo consiste em uma pesquisa exploratória sobre o conceito de humildade cultural e seu reflexo nas dinâmicas ambientais. E tem como objetivo traçar uma reflexão da importância da cultura sobre o meio ambiente, propondo um debate sobre a formação acadêmica pautada na humildade cultural. Trata-se de pesquisa observacional descritiva a partir de artigos na base de dados BVS com os descritores Humildade Cultural, Desenvolvimento sustentável e Saúde. Resultado: A demanda de melhor qualidade de vida, bem como a promoção de uma sociedade sustentável, é diretamente associada a uma estrutura dinâmica e interdisciplinar que incorpora a noção de humildade cultural a fim de adequar-se as propostas de sustentáveis integradas a nível localregional e global. É preciso ir além de conceitos de ausência de doenças e bem-estar. O desenvolvimento do território e sua perspectiva sustentável é indissociada ao olhar cultural competente que se propõe a integrar a percepção dos grupos humanos e sua relação com o meio.

Palavras-chave: Humildade cultural; Desenvolvimento sustentável; Saúde, Ambiente.

*Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente - Universidade Tiradentes.

OS POSTOS DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR (PATs) NO ESTADO DE SÃO PAULO E A NECESSIDADE DA ALFABETIZAÇÃO DIGITAL

MARCO AURÉLIO TIODOLINO*; VERA MARIZA HENRIQUES DE MIRANDA COSTA**

Os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) foram criados com base no Decreto Estadual n. 43.422, de 01/09/1998. São mais de 230 unidades em todo estado de São Paulo que auxiliam trabalhadores e empregadores através da prestação de serviços públicos por meio do Sistema Nacional de Emprego (SINE) do Governo Federal. O objetivo deste trabalho é identificar as mudanças ocorridas na forma de atendimento nos PATs, a partir da Covid 19. Trata-se de pesquisa descritiva-exploratória, qualitativa, aplicada, transversal, bibliográfica e documental. As informações foram coletadas em periódicos e portais de domínio público. Os PATs prestam serviços de intermediação de mão de obra, habilitação ao seguro-desemprego e emissão/orientação de carteiras de trabalho. A maior parte dos usuários que busca os serviços nos PATs, dispõe de baixa escolaridade, pouca experiência profissional, sem qualificação específica e com dificuldades de acesso a informações. A partir de março/2020, os PATs tiveram que alterar seu formato de atendimento, passando de presencial para *online*. Mudanças no formato de atendimento são fundamentais para a ampliação de acesso à informação e alcance de novos públicos, entretanto, grande parte dos cidadãos que dependem desses serviços são considerados analfabetos digitais. Constata-se que não bastam os esforços de Governos (municipal, estadual ou federal) em disponibilizar diversos canais digitais para resolução de problemas, se grande parte da população não tem acesso ou não está digitalmente habilitada para interagir com efetividade diante das soluções ofertadas. É preciso promover Políticas Públicas para a inclusão digital dos cidadãos, por meio de escolas, espaços públicos e esforços diversos, para uma real mudança com a habilitação da população.

Palavras-chave: Postos de Atendimento ao Trabalhador; Sistema Nacional de Emprego; Serviços Públicos; Covid-19; Analfabetos Digitais.

* Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP, Programa de Mestrado Profissional em Engenharia de Produção.

** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA OS MUNICÍPIOS E TERCEIRO SETOR

ANA CAROLINA SILVA*; SERGIO AZEVEDO FONSECA**

A captação ou mobilização de recursos é uma prática que visa obter principalmente verba financeira, materiais e pessoas para instituições ou projetos. Tendo em vista que vem sendo utilizada por entidades do terceiro setor e órgãos públicos, o trabalho de conclusão de curso desta autora teve como objetivo geral identificar como o tema captação de recursos é abordado na literatura, analisando a perspectiva dos municípios e do terceiro setor, comparando a prática entre eles e destacando os seus benefícios e limitações. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, revisão bibliográfica e análise de exemplos. Os principais resultados obtidos foram que a área de captação de recursos ainda está em expansão no Brasil, sendo detectado que no terceiro setor é mais estruturada, possui diversas fontes de recursos e as entidades impulsionam a profissionalização desse ramo. Já nos municípios é incipiente, tendo poucos relatos na literatura, vide que de 5570 municípios foram encontrados apenas 4 relatos completos, sendo eles de: Anápolis-Goiás, Bananeiras Paraíba, Canoas - Rio Grande do Sul e Xanxerê - Santa Catarina. Constatou-se que a percepção municipal é de que a captação de recursos está atrelada à elaboração de projetos, busca por transferência voluntárias e emendas parlamentares. Tanto no terceiro setor quanto nos municípios verificou-se que essa prática resulta em muitos benefícios para a sociedade, sendo importante novas iniciativas e pesquisas sobre o tema.

Palavras-chave: Captação de recursos; Municípios; terceiro setor.

* Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente na Universidade de Araraquara - UNIARA. Bacharela em Administração Pública pela Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara - FCLAr - UNESP.

** Orientador - Livre Docente na Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara FCLAr - UNESP.

PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU-AL

JANAYSON RODRIGUES DOS SANTOS*;
HENRIQUE CARMONA DUVAL***

Criado em 2004, através da Lei 10.836 de janeiro de 2004, o Programa Bolsa Família desempenhou um papel importante no desenvolvimento social brasileiro até o mês de outubro de 2021 quando foi substituído pelo programa Auxílio Brasil. O Estado Brasileiro se utiliza de instrumentos como o Programa Bolsa Família para combater a pobreza e a miséria em seu território, principalmente em municípios como Piaçabuçu-Al, que apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,572 (IBGE, 2010), bem abaixo do IDH nacional que foi de 0,699 (BRASIL ESCOLA, 2022). Em nível Nacional, no ano de 2021, até o mês de outubro, o Programa Bolsa Família atendia 14.654.783 famílias, sendo liberados mais de R\$ 16.725.691.576,00. No mesmo período, o estado de Alagoas e o município de Piaçabuçu, foram atendidos pelo programa com 415.817 e 3.988 famílias beneficiadas sendo disponibilizados um volume de recursos de R\$ 478.058.254,00 e R\$ 6.109.123,00, respectivamente. O estudo tem por objetivo fazer uma análise da importância do Programa Bolsa Família para o município de Piaçabuçu. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, partindo da coleta de dados em site oficiais: aplicacoes.mds e IBGE (2022). O referencial teórico foi guiado por Rocha (2013), Rego e Pinzani (2014) e SEN (2010). O resultado da pesquisa demonstrou a influência do Programa Bolsa Família partindo da quantidade de famílias beneficiadas pelo programa, principalmente pelo volume de atendimento direta e indiretamente (82% da população do município), juntamente com o volume de recurso que é injetado na economia do município.

Palavras-chave: Pobreza; Famílias Beneficiadas; Volume de Recursos; Desenvolvimento Social.

*Universidade de Araraquara - Uniara/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Doutorado.

***Docente da Universidade de Araraquara - Uniara/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

AS NOVAS FORMAS DE ACESSO À SAÚDE, COM O ADVENTO DA PANDEMIA E NO PÓS-COVID19: UMA RELEITURA DOS PRINCÍPIOS DA INTEGRALIDADE, EQUIDADE E UNIVERSALIDADE NO SUS

GUSTAVO RODRIGUES DE OLIVEIRA*; HELENA CARVALHO DE LORENZO***

O acesso é um dos principais desafios para as políticas públicas de saúde, não sendo diferente na COVID-19, que impactou a saúde mundial, pela propagação rápida, gerando mudanças nas rotinas das instituições. O Ministério da Saúde definiu fluxo de atendimento em dois níveis, sendo eles o não hospitalar e o hospitalar, em estruturas criadas pelas instituições. As dificuldades de acesso, agravaram a governança da rede, e o olhar do “novo acesso”, busca analisar a dinâmica dos serviços no Sistema Único de Saúde (SUS), quanto aos processos e organização, durante e após o período mais agudo da pandemia, pela sobrecarga nos hospitais, em detrimento da baixa complexidade, pela mudança dos conceitos de integralidade, equidade e universalidade, e na demanda no pronto socorro clínico, nas internações em clínica médica, pronto socorro cirúrgico, centro cirúrgico, unidade de terapia intensiva adulto e o ambulatório de especialidades. O estudo descritivo, possui duas fases, sendo sua análise quali-quantitativa, baseada em dados secundários, coletados de Fevereiro de 2020 a Maio de 2022, seguida do uso de referências relativas ao acesso, comparando as mudanças causadas, no fluxo assistencial, a partir dos dados de produção em média e alta complexidade. Conclui-se que o “novo acesso” acentua a desigual distribuição de recursos e oferta dos serviços de saúde, além de evidenciar mudanças para os pacientes. Os resultados, estratificam a nova forma de acessar, hierárquica e regionalmente os serviços, provocando uma reorganização em sua lógica.

Palavras-chave: Acesso à Saúde; SUS; COVID-19; Princípios.

*Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara – UNIARA. Araraquara/SP

** Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara – UNIARA. Araraquara/SP

Meio ambiente e Sustentabilidade

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: A LUZ DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICANCIA VERSUS O PRINCÍPIO DO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO

JULIA MARQUES BIZZETTO*; MARCELA MATOS SANTOS PERRONI***

O presente trabalho consiste na averiguação acerca da punição aos responsáveis de crimes ambientais de qualquer natureza à luz do princípio da insignificância versus o princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado. A pesquisa teve como problema principal a possibilidade de absolvição dos responsáveis da condenação criminal pelo viés da aplicação do princípio da insignificância em sobreposição ao princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado. O objetivo do trabalho encontra-se em estabelecer qual o entendimento para a aplicação dos princípios ambientais em relação aos crimes contra o meio ambiente, como também, diferenciá-los, e demonstrar quais deles prevalecem quando da aplicação da pena aos crimes ambientais, com utilização do entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema. O método utilizado é o dedutivo, o qual partirá de teorias e conceitos gerais (da doutrina e jurisprudência), e, principalmente, dos entendimentos jurisprudenciais quanto à sanção aplicável na prática de crime ambiental quando dois princípios ambientais conflitam entre si, ambos, previstos constitucionalmente. Para alcançar o fim, a pesquisa utilizará a metodologia analítico-dogmática jurídica, por meio da pesquisa exploratória bibliográfica e documental, para que através de doutrinas, leis e jurisprudências possa comprovar a punição aos responsáveis por crimes ambientais, com utilização da técnica qualitativa para compreender a respectiva punição.

Palavras-chave: Princípio da Insignificância; Princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado; Legislação Ambiental.

*Graduanda em Direito na Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG.

***Graduada em Direito no Centro Universitário de Rio Preto – UNIRP. Especialista pela Direito Empresarial e Tributário. Pós-graduanda em Docência do Ensino Superior, Direito da Família e Processo Penal.

AGROECOLOGIA NA RE-CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

MARCELA MATOS SANTOS PERRONI*; ANDRÉ SEROTINI **

Neste artigo faz-se um apanhado sobre as origens e a evolução histórica do pensamento agroecológico, vimos ainda que na década de 1960 e 1970, o Brasil adentrou ao modelo de “revolução verde”, aliado ao famoso processo de “modernização conservadora” imposto pela ditadura militar, acarretando graves consequências políticas, econômicas e sociais para o país, ao privilegiar a adoção do modelo de agronegócio em detrimento de modelos sustentáveis economicamente e ambientalmente. O atual cenário não se mostra diferente, tendo em vista que o avanço do agronegócio contribui para a desindustrialização do país, a manutenção de um modelo agroexportador de *commodities*, pautado sobre o latifúndio monocultor e tóxico, devido ao alto uso de agrotóxicos, gerando conflitos por terra, êxodo rural, desmatamento, degradação do solo, queimadas - como atualmente se observa na Amazônia e no Pantanal, que sofrem com uma perda de biodiversidade de flora e fauna incalculáveis - além de desigualdade social, miséria e exclusão social. O presente estudo tem como intuito evidenciar que em meio a esse caos, é necessário que haja uma produção agrícola de alimentos saudáveis, a partir da adoção dos princípios da agroecologia, para que se construa um modelo de desenvolvimento sustentável. O marco teórico se desenha a partir de pensadores da agroecologia, como Miguel Altieri, Stephen Gliessman e Luiz Carlos Pinheiro Machado. O método adotado é o críticodescritivo, realizado por pesquisa teórica e bibliográfica, a fim de analisar como a agroecologia pode contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, tendo em vista que conta com capacidade de produzir cerca de 6 a 10% a mais que o agronegócio, além de causar menos impactos ambientais e sociais e ter um menor custo de produção.

Palavras-chave: Agroecologia, agricultura sustentável, desenvolvimento rural, Agronegócio.

*Graduada em Direito no Centro Universitário de Rio Preto – UNIRP. Especialista pela Direito Empresarial e Tributário. Pós-graduando em Docência do Ensino Superior, Direito da Família e Processo Penal.

**Professor na UEMG. Pós-Doutorando em Direito pela Faculdade de Direito da USP – Ribeirão Preto. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara – UNIARA. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Carlos – FADISC.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE ECOTURÍSTICO AREIA BRANCA: SUBSÍDIOS PARA A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL LOCAL

GILBERTO ANTONIO LUIZ*; JULIANO JOSÉ CORBI**

Este trabalho tem como objetivo diagnosticar possíveis impactos ambientais no Parque Ecoturístico Areia Branca, a partir da análise de serviços dos ecossistemas do local. Analisar os serviços dos ecossistemas do Parque, a partir de observação local e por fotografia. O estudo foi baseado em método de observação direta, foto documentação e diários de campo e os serviços ecossistêmicos classificados pelo critério: MEA – MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005; a saber: a) serviços de provisão; b) serviços de regulação; c) serviços culturais; e, d) os de suporte. A conclusão, a partir dos resultados obtidos, é no sentido de que as atividades turísticas no Parque Ecoturístico da Areia Branca, município de Três Fronteiras (SP) não estão impactando os serviços ecossistêmicos. Nesta dissertação se explorou a perspectiva do diagnóstico de avaliação do Parque Ecoturístico da Areia Branca observando-se, na pesquisa, o respeito ao ecossistema e assim possa o presente trabalho contribuir para o desenvolvimento de estudos, bem como para a realização de novas pesquisas utilizando o conceito de serviços ecossistêmicos no planejamento ambiental, ainda necessários para a consolidação da temática e para a área de lazer aqui tratada, servindo também de subsídios para os gestores ambientais.

Palavras-chave: Parque Ecoturístico da Areia Branca; Avaliação Ambiental; Conservação Ambiental.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

** Orientador - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

ESTIMATIVA DE BIOMASSA DE TUBIFICÍDEOS (OLIGOCHAETA: NAIDIDAE) FRENTE ÀS ALTERAÇÕES AMBIENTAIS

MARIANA FUTENMA DE LIMA*; GUILHERME ROSSI GORNI**

Intervenções antrópicas têm contribuído para a redução da qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos. Dessa forma, o biomonitoramento apresenta-se como ferramenta em programas de avaliação ambiental. Este projeto visa propor e validar método de análise, utilizando a biomassa de espécies de tubificídeos em programas de monitoramento ambiental. As amostras são provenientes de reservatórios e rios distribuídos no Estado de São Paulo no período de 2009 a 2019. O delineamento amostral será organização em dois níveis: variáveis físicas e químicas de qualidade da água e sedimento e estimativa de biomassa dos tubificídeos coletados nos trechos amostrados. O cálculo da estimativa de biomassa dos tubificídeos seguirá metodologia da literatura especializada. Serão utilizadas análises estatísticas multivariadas para modelar tanto a relação entre a biomassa das espécies com o gradiente de qualidade ambiental, quanto sua resposta frente às variáveis ambientais da água e sedimento. Os resultados esperados têm potencial irradiador de nova visão sobre o uso da biomassa desses organismos no diagnóstico da qualidade de corpos d'água. Além do ganho acadêmico, pretende-se ampliar o conhecimento sobre as espécies de tubificídeos registrados no Estado de São Paulo, bem como reforçar seu potencial como táxon indicador em análises de rotina de programas de monitoramento ambiental.

Palavras-chave: Biomonitoramento; Estimativa de biomassa; Gestão de Recursos Hídricos; Classe Oligochaeta.

* Universidade de Araraquara - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (PPG/DTMA - UNIARA).

** Universidade de Araraquara - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (PPG/DTMA - UNIARA).

CONTRIBUIÇÕES À AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE PLANOS DE MINERAÇÃO. ESTUDO DE CASO DO VALE DO RIBEIRA-SP

JOSIÊ SEPE*; NEMÉSIO NEVES BATISTA SALVADOR**

Este trabalho teve como objetivo pesquisar as bases da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), na fase de escopo, a fim de subsidiar a sua aplicação em planos de mineração, adotando o Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, como estudo de caso. Buscou-se também produzir diretrizes para o Termo de Referência para a AAE do Plano de Mineração do Vale do Ribeira, com base nos pressupostos dessa avaliação pesquisados na literatura, visando a integração das atividades minerárias ao planejamento regional de desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável, e subsidiando a AAE do referido Plano, com o uso de indicadores de sustentabilidade ambiental na mineração. A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e de pesquisa de campo, com a aplicação de questionário *on-line* junto aos órgãos envolvidos com o tema, para uma amostra de 28 pessoas, tendo sido obtidas 11 respostas. Como resultado, destaca-se que todos os respondentes consideram que a AAE pode colaborar com o planejamento do setor mineral e para a elaboração do Plano de Mineração da região; com ações de preservação da biodiversidade e geodiversidade; reuso e reciclagem da água e de rejeitos e materiais; utilização de fontes alternativas de energia; e ações de educação ambiental e de direitos humanos (inclusão social, saúde e segurança). Tais ações podem auxiliar na definição ou proposição dos indicadores de sustentabilidade para a mineração e na interação do planejamento da atividade minerária com o planejamento de outros setores produtivos (agropecuária, sistemas florestais, agricultura familiar, turismo, pesca), apontando prioridades para conservação ambiental e desenvolvimento, direitos sobre o uso da terra e participação social e de comunidades tradicionais nas tomadas de decisão.

Palavras-chave: Mineração; Avaliação Ambiental Estratégica; Sustentabilidade.

* Graduação em Geologia; mestre em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas; Doutoranda pela Universidade de Araraquara/PPG-DTMA, bolsista da CAPES.

* * Doutor em Hidráulica e Saneamento pela Escola de Engenharia de São Carlos-USP; Pós-doutor em Avaliação de Impactos Ambientais pela Oxford Brookes University; docente pela Universidade de Araraquara/PPG-DTMA.

COMUNIDADE PEDREIRA: CONVIVÊNCIA E CONFLITO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CABREÚVA

PAULO ROBERTO FRANCHI DUTRA*; JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ**

A Área de Proteção Ambiental (APA) Cabreúva foi criada em 1984 visando a proteção da Serra do Japi, correspondendo aos limites do município de Cabreúva-SP. Em 2006 foi ampliada, incluindo parcelas das cidades de Indaiatuba, Itu e Salto, para a proteção de mananciais. A governança participativa do território, é representada por um Conselho Gestor, conforme o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC) e deve promover a conservação ambiental, as alternativas de participação cidadã e a consequente integração a sistemas econômicos sustentáveis para a convivência adequada das comunidades com a área protegida. O presente estudo, com foco na APA Cabreúva, tem como recorte territorial a comunidade Pedreira, uma ocupação irregular localizada às margens do rio Pirai, onde estão sobrepostas a APA estadual Cabreúva e a APA Municipal Pedregulho (Itu), criada em 2013. O objetivo é observar se a implantação da unidade de conservação e seus planos de gestão, motivaram a população local a desenvolver hábitos e práticas de preservação e uso sustentável. Considerando a hipótese de que atividades de Educação Ambiental ali desenvolvidas podem constituir uma importante ferramenta para gestão dessas áreas, verificamos informações e documentos públicos sobre o desenvolvimento dos programas previstos pelo estado e municípios e ações relacionadas ao ordenamento territorial. A pesquisa exploratória de caráter qualitativo será realizada por meio de levantamento e revisão bibliográfica, utilização da técnica de caderno de campo, entrevistas com a população local e observação participativa com os diversos atores sociais envolvidos, incluindo o Conselho Gestor da APA. O estudo pretende identificar se a Educação Ambiental é efetiva para consolidar o território biodiverso e resiliente e se é possível observar essas características nas atividades cotidianas dos moradores da Comunidade Pedreira. As informações obtidas neste estudo serão utilizadas para auxiliar na gestão do território, identificando dinâmicas que possam ser compartilhadas para o aprimoramento da governança participativa em outras unidades de conservação.

Palavras-chave: educação ambiental; área de proteção ambiental; governança participativa; conselho gestor.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

** Orientador - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

A QUESTÃO DA DUPLA IMPUTAÇÃO PENAL NOS CRIMES AMBIENTAIS ENVOLVENDO EMPRESAS INDIVIDUAIS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI) E A PESSOA FÍSICA DO EMPRESÁRIO

MARIO MEGALE DA SILVEIRA FILHO*; HILDEBRANDO HERRMANN**

A Constituição Federal de 1988, e seu artigo 225, parágrafo 3º previu, de forma inédita, a possibilidade de se apenar, em âmbito penal, as pessoas jurídicas pela prática de crimes ambientais. A lei 9605/98, que criou e regulamentou os crimes contra o meio ambiente, fez expressa menção a chamada dupla imputação penal, ou seja, a possibilidade de se responsabilizar, simultaneamente, o ente moral e a pessoa física causadora do dano. Com o advento da lei 12.441/2011, foi introduzido no nosso ordenamento jurídico a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), que se caracteriza pela simplicidade organizacional, constituída por apenas uma pessoa física diretora. Justifica-se o estudo deste tema uma vez que, todos os livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado focam a questão da responsabilidade penal da pessoa jurídica por crime ambiental envolvendo apenas as grandes empresas com estrutura organizacional complexa. Portanto, poucos preocupam - se com o tema da responsabilidade penal da pessoa jurídicas por crimes ambientais envolvendo as EIRELIS. O presente trabalho pretende analisar a questão da dupla imputação penal aplicada às pessoas jurídicas pela prática de crimes ambientais, notadamente, a dificuldade de aplicar o instituto às empresas individuais de responsabilidade limitada. Pretende-se também demonstrar que a aplicação da dupla imputabilidade penal é um instituto restrito às grandes corporações, de estrutura complexa e hierarquizada. Compreender a evolução doutrinária do tema “pessoa jurídica”, desde as Teorias da Ficção e da Realidade, confrontado -as com a precária estrutura das EIRELIS. O trabalho seguirá o método de pesquisa bibliográfica através de livros, artigos, doutrinas e legislações referentes ao tema responsabilidade penal da Pessoa Jurídica por crime ambiental e Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI). _Em resumo, buscar-se a responder seguinte questão :Deve ser aplicado às EIRELIS da mesma forma com que é aplicado às grandes corporações. As EIRELIS, na sua essência, são pessoas jurídicas ou apenas pessoas físicas?

Palavras – chave: dupla imputação; EIRELIS; crimes ambientais; meio ambiente; responsabilidade.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

** Orientador - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

O USO DE PLANTAS MEDICINAIS EM RITUAIS RELIGIOSOS

EDUARDO DONATO*; FLÁVIA CRISTINA SOSSAE**;
MARIA LÚCIA RIBEIRO***

O uso de plantas medicinais vem fazendo parte da evolução humana desde a antiguidade e foram os primeiros recursos terapêuticos que as pessoas utilizaram. É um hábito o apelo às propriedades curativas de certas plantas e uma das primeiras manifestações de uma longa luta humana para entender e usar a natureza como réplica de uma de suas preocupações mais antigas, causadas por doenças e sofrimento. Os humanos fazem uso das plantas tanto para alimentação quanto para remédios muito antes de qualquer forma de escrita existir. Em seus experimentos com ervas, houve sucessos e fracassos, estes experimentos geralmente curavam, porém, em outros momentos, eles levavam a óbito ou causavam sérios efeitos colaterais. Diferentes tradições contribuíram para a formação da medicina popular, além da assimilação com os conhecimentos indígenas, a colaboração trazida com a chegada dos escravos e imigrantes de diversas partes do mundo foram importantes para o surgimento de drogas populares. O projeto tem como objetivo principal fazer um levantamento das plantas medicinais que são utilizadas em rituais religiosos e comparar os dados levantados com dados já disponíveis na literatura. Os dados serão coletados por meio de questionário semiestruturado e entrevistas feitas a partir da metodologia conhecida como “bola-de-neve”. As entrevistas e questionários serão aplicados após a aprovação e adequações sugeridas pelo Comitê de Ética da Universidade de Araraquara. Espera-se criar uma cartilha com os dados levantados para divulgação de conhecimento e educação ambiental.

Palavras-chave: Plantas Medicinais; Religião; Etnobotânica; Medicina Popular; Educação Ambiental.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

*** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

ENTRELAÇAMENTOS ENTRE PROMOÇÃO DA SAÚDE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DE ESCOPO

JEOVANA DOS SANTOS CARVALHO*; ELLEN SANTOS CASTRO*; MARCELO SANTOS AGUILAR***; JEANDSON MORAES SILVA****; ANSELMO CORDEIRO SOUZA*****

O objetivo deste trabalho foi mapear os estudos disponíveis sobre o desenvolvimento sustentável relacionado a promoção da saúde, e vice-versa. Trata-se de uma revisão de escopo, que foi operacionalizada em seis etapas consecutivas: 1) identificação da questão e objetivo de pesquisa; 2) identificação de estudos relevantes; 3) seleção de estudo, conforme critérios; 4) mapeamento de dados; 5) sumarização dos resultados; e 6) apresentação dos resultados. Para elaboração da pergunta norteadora da pesquisa, utilizou-se a proposta PCC, acrônimo para os três componentes da proposta: “P” – população; “C” – conceito (questão central a ser examinada); e “C” – contexto (detalhes específicos, ou fatores culturais, ou localização geográfica, questões raciais etc. relacionados à população). Assim elegeu-se a seguinte questão: Quais os estudos disponíveis sobre desenvolvimento sustentável e promoção da saúde?. Foram tomadas como fontes de dados as bases de publicações indexadas LILACS, SciELO, Web of Science, Scopus, PubMed, CINAHL, PsycINFO. Para definição das palavras-chave, foram levados em conta os termos controlados dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Headings* (MeSH). Logo, foram propostas como sintaxes de busca: ("health promotion") AND ("Sustainable Development") / ("regional development") AND ("health promotion"). Como critérios de seleção entre os artigos resultantes das ocorrências, houve como única premissa ser artigos científicos, sem restrições de ano de publicação e idioma. As buscas resultaram em um panorama de como tem sido pensado, aparecem e são enquadrados princípios fundamentais da promoção da saúde (a saber, direitos, empoderamento, parceria) em relação ao desenvolvimento sustentável, e como podem moldar as direções futuras para o desenvolvimento regional. Entre as principais conclusões destaca-se que a promoção da saúde e o desenvolvimento sustentável compartilham várias prioridades essenciais, como equidade, abordagens intersetoriais e sustentabilidade, que ajudam a maximizar seu impacto além das fronteiras setoriais tradicionais.

Palavras-Chave: Desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento Regional; Promoção da Saúde.

Instituição financiadora: PIBIC / NAIPe / FADBA.

* Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA).

*** Graduando em Nutrição pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA).

**** Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário Maria Milza (UNIMAM), Coordenador de Curso e Professor na Faculdade Adventista da Bahia (FADBA).

***** Mestre em Promoção da Saúde pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), Professor e Editor Acadêmico na Faculdade Adventista da Bahia (FADBA).

QUINTAIS PRODUTIVOS: EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES ASSENTADAS EM TERRITÓRIOS DE MONOCULTURA

GABRIELA DE MENEZES FREITAS*; VERA LUCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE **; FLAVIA CRISTINA SOSSAE***

Os quintais ficam localizados no entorno das residências nos assentamentos rurais, sendo considerados produtivos quando expressam uma diversidade de espécies vegetais e animais de pequeno porte, muitas vezes presentes nesses espaços, podendo contribuir para a segurança alimentar. São locais de resistência em meio a crescente prática da monocultura, sendo importantes na expressão de liberdade, permitindo a preferência da família em quais alimentos produzir para o consumo. Os quintais produtivos também auxiliam na manutenção dos conhecimentos tradicionais que são transmitidos por gerações, além de apresentarem uma estreita relação com o processo de transição agroecológica. O protagonismo da mulher na manutenção do local é evidente, transparecendo casos de invisibilidades e a sobrecarga na jornada de trabalho vivenciado por elas. O objetivo deste trabalho é analisar os quintais produtivos de dois assentamentos rurais localizados na região central do Estado de São Paulo, a fim de verificar de forma quali-quantitativa o papel fundamental das mulheres rurais e a biodiversidade presente nesses ambientes por meio dos princípios da etnobotânica. A metodologia utilizada será a de Bola de Neve, através da participação direta com utilização de fotodocumentação, elaboração de croquis e diários de campo. Como resultados busca-se demonstrar a importância dos quintais produtivos no convívio familiar e na melhoria da qualidade de vida dos assentados, assim como, a questão de gênero, de forma a valorizar e estimular as práticas de cultivo e manutenção dessa tradição.

Palavras-chave: Assentamento rural; Quintais produtivos; Mulheres; Agroecologia; Conhecimentos tradicionais.

Instituição financiadora: CAPES/PROSUP

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

** Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

*** Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

ESTÉTICA E GESTÃO DE RESÍDUOS: TEORIA E PRÁTICA EM DISCUSSÃO

JULIANA REBECHI RONCHI*; VERA LUCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE**;
MARIA LUCIA RIBEIRO***

É abordada a formação em estética e cosmetologia com o objetivo de verificar se as questões acerca da geração e descarte de resíduos sólidos são trabalhadas nas disciplinas do curso de estética da universidade UNIARA. O recorte de pesquisa se deu em função da experiência da autora na área de formação em estética e por conta de a demanda social por serviços em estética apresentar-se crescente, principalmente no sentido qualitativo. Isso acompanhado das demandas ambientais da sociedade e da natureza na atualidade guiaram a pesquisa no sentido de compreender as relações da estética na sociedade com o meio ambiente, a utilização e o descarte de resíduos sólidos e principalmente qual o papel da formação em estética e cosmetologia no que tange à preservação do meio ambiente. Para tanto adotou-se o caminho metodológico de além de pesquisa bibliográfica e teórica, pela aplicação de questionários, entrevistas semi-estruturadas e a partir da tabulação dos dados obtidos foram elaborados gráficos, tabelas e inferências. Para o desenvolvimento do recorte foi analisada a história do curso de Estética em uma universidade do interior paulista e discutida a percepção dos alunos da relação da gestão de resíduos com a prática da estética. No tocante aos resultados destacaram-se as distancias e as aproximações entre a teoria e a prática no curso abordado, além de salientar o cuidado com o meio ambiente presente nos profissionais da área já formados pelo curso observado.

Palavras-chave: curso de estética e cosmetologia; resíduos; meio ambiente; formação.

* Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Universidade de Araraquara – Uniara/SP.

** Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Universidade de Araraquara – Uniara/SP.

*** Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Universidade de Araraquara – Uniara/SP.

**DESENVOLVIMENTO DE MUDAS DE MANJERICÃO (*OCIMUM BASILICUM*
L.) CULTIVADO SOB DIFERENTES COMPOSIÇÕES DE SUBSTRATOS
ORGÂNICOS**

ANTONIO WAGNER PEREIRA LOPES*; CESAR AUGUSTO FELICIANO**; FÁBIO BESERRA
SANTANA***; VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE****

O manjeriço (*Ocimum basilicum* L.) (Família Lamiaceae), tem característica de uma planta aromática, com introdução no Brasil através da culinária italiana (PEREIRA; MOREIRA, 2011; MARQUES et al., 2015). O manjeriço é cultivado no intuito de comercializar principalmente suas folhas, que podem ser utilizadas in natura, frescas ou desidratadas, com a finalidade de condimento ou aromatizantes (BLANK et al., 2044; SILVA et al., 2020). Priorizou-se encontrar entre os diversos tipos de substratos para a produção de mudas de vegetais, as fontes de origem orgânica que têm se mostrado como alternativas viáveis do ponto de vista agrícola, social e econômico. Para o pequeno e médio produtor rural, muitas vezes caracterizado dentro da agricultura familiar, estas fontes orgânicas podem estar disponíveis na propriedade e como forma de reduzir seu custo de produção e possibilitar um sistema mais sustentável (SALUCI et al., 2017). O experimento foi conduzido na Fazenda Escola da Universidade de Araraquara (UNIARA), sob condições de casa-de-vegetação. A coleta do solo para o experimento foi realizada na camada de 0-20 cm de profundidade, utilizou uma peneira de malha de dois milímetros para retirar os agregados maiores e resíduos grosseiros de material orgânico. A altura média de plantas de *Ocimum basilicum* foi estatisticamente superior no tratamento à base de substrato comercial (40%) + solo (60%) (T10), cuja média foi de $31,30 \pm 0,87$ cm, em comparação aos demais tratamentos, representados por médias abaixo de 26,36 cm ($F = 89,183$; $gl = 9, 90$; $P < 0,05$).

Palavras-chave: Produção; Produção de Mudas; Agricultura; Orgânica.

Instituição financiadora: CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pesquisa de Nível Superior.

* Pesquisador Dr. na Universidade de Araraquara UNIARA/SP. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

** Doutorando na Universidade de Araraquara UNIARA/SP. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

*** Graduando na Universidade de Araraquara UNIARA/SP. Curso de Agronomia

**** Profa. Dra. na Universidade de Araraquara UNIARA/SP. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE- SP

LAVÍNIA JARDIM*; FLÁVIA CRISTINA SOSSAE**; MARIA LÚCIA RIBEIRO***

Apesar do conhecimento sobre as plantas medicinais ter sido deixado de lado por um período de tempo, suas propriedades de cura são tão antigas quanto o surgimento da espécie humana, e é por este motivo que as mesmas são relatadas e utilizadas desde a antiguidade. No Brasil, devido a nossa rica biodiversidade vegetal, e após a descoberta de diversas espécies através de estudos etnobotânicos, houve a formulação de leis e programas para regulamentar e incentivar o uso dessas plantas, principalmente no Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que a utilização das mesmas amplia as opções terapêuticas e supre carências medicamentosas com recursos da própria comunidade, diminuindo assim os gastos do Estado com a indústria farmacêutica. Dada a importância das plantas medicinais, tanto para a humanidade quanto para o SUS, o presente estudo tem por objetivo estudar se há a prescrição de fitoterápicos em Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Américo Brasiliense-SP, bem como pretende averiguar se moradores que frequentam estes locais fazem o uso de plantas medicinais, mesmo quando não há prescrição. A pesquisa utilizará metodologia do tipo exploratória/descritiva, com a aplicação de questionários semi-estruturados contendo questões abertas e fechadas referente à prescrição de plantas medicinais, e ainda, com visitas programas aos moradores cadastrados nas UBS's que possivelmente fazem uso de plantas medicinais em seu dia a dia, mesmo que sem prescrição médica. Com os dados obtidos espera-se averiguar quais plantas medicinais estão sendo utilizadas, bem como quais as propriedades destas plantas e se elas estão inseridas na Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse do Sistema Único de Saúde (Rennisus).

Palavras-chave: Plantas Medicinais; Rennisus; Unidade Básica de Saúde.

* Universidade de Araraquara – Uniara Programa de Pós Graduação Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

** Universidade de Araraquara – Uniara Programa de Pós Graduação Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

*** Universidade de Araraquara – Uniara Programa de Pós Graduação Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

A IMPORTÂNCIA SOCIOAMBIENTAL DAS PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANCs): UMA MINI REVISÃO

FRANCISCA PEREIRA MORAES*; DANY GERALDO KRAMER**

O aumento populacional exige dos órgãos governamentais e não governamentais estratégias para disponibilizar alimento em quantidade e qualidade suficiente a todos. As plantas alimentícias não convencionais (PANCs) se mostram como alternativa promissora para auxiliar nessa demanda em virtude de sua grande disponibilidade, baixo custo e potencial nutritivo. A utilização das PANCs permite a produção de alimentos com menor impacto ambiental, uma vez o uso de fertilizantes e agrotóxicos podem ser reduzidos ou não utilizados. Assim, objetivou-se realizar uma mini revisão sobre a importância socioambiental das PANCs. A pesquisa foi realizada na base de dados disponíveis (periódicos capes, scielo e Google acadêmico). A luz da literatura consultada, observou-se as PANCs como vegetais pouco conhecidos e explorados da grande maioria da população, embora sejam vegetais ricos em teores de proteínas e minerais, além da presença de compostos bioativos (flavonoides, vitaminas e fenólicos) com propriedade antioxidante. Essas características permitem que as PANCs possam ser utilizadas tanto na suplementação alimentar (pelo seu potencial nutricional) quanto no combate a diversas doenças (pelo seu potencial farmacológico). Portanto, apresentam-se do ponto de vista socioambiental como de grande relevância, uma vez que têm alto potencial nutritivo e funcional, podem ser exploradas comercialmente, têm grande disponibilidade e baixo custo. O cultivo dispensa o uso de fertilizantes e agrotóxico com menor impacto ambiental.

Palavras-chave: segurança alimentar; importância socioambiental; revisão.

* Doutora e professora do Departamento de Graduação em Educação em Ciências Agrárias e da Terra/Sertão, UFS.

** Doutor e professor do Departamento de Engenharia Têxtil / Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família no Nordeste – Campus UFRN.

O USO DE AGROTÓXICOS NA CULTURA CANAVIEIRA E OS IMPACTOS NEGATIVOS NA SAÚDE HUMANA E AMBIENTAL

ELISA RACY CARLINI*; VERA LÚCIA SILVERIA BOTTA FERRANTE**;
MARIA LÚCIA RIBEIRO***

Cientistas e movimentos socioambientalistas alertam, há tempos, sobre os perigos do uso de agrotóxicos, utilizados nas lavouras brasileiras, na saúde humana e ambiental. Esse alerta se dá pela expansão agrícola, pelo avanço das tecnologias e inovações do campo agroquímico e pelo crescente aumento da utilização de venenos nas culturas, o que coloca em pauta a saúde pública do país. Os danos provocados pela ingestão desses alimentos já podem ser observados em pesquisas científicas, e tendem a piorar. A presença dos agrotóxicos nas lavouras impacta também os diferentes territórios, ocasionando desequilíbrio de ecossistemas, contaminação e perda de nutrientes dos solos, água e ar. A proposta da pesquisa é analisar essa dinâmica no município de Araraquara (SP), território da cana-de-açúcar, e será realizada, inicialmente, com base no materialismo históricodialético e seus desdobramentos no espaço geográfico, recorrendo a conceitos como o valor de uso da terra e o meio técnico-científico-informacional. Pretende-se correlacionar os dados de saúde pública e de impactos ambientais negativos, gerando como produto mapas, gráficos e tabelas amostrais. A sistematização dos resultados permitirá planejar políticas públicas do município e dos limítrofes, assim como pressionar políticos e agentes públicos para que novas leis e diretrizes possam ser aprovadas no sentido de prevenir maiores danos.

Palavras-chave: Agrotóxicos; Cana-de-Açúcar; Saúde Pública; Saúde Coletiva; Contaminação Ambiental

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

*** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE RESÍDUOS DE
SERVIÇOS DE SAÚDE: ESTUDO MULTICASO NA MICROREGIÃO
LITORAL SUL DO RIO GRANDE DO NORTE – BRASIL**

DANY GERALDO KRAMER*; AMANDA ALMEIDA GOMES DANTAS**; ANDRÉ
NAGALLI***

Os resíduos de serviços de saúde é uma problemática ambiental em pequenos municípios brasileiros. Assim, objetivou-se analisar a percepção dos trabalhadores de saúde de cidades do Litoral Sul Potiguar - Rio Grande do Norte - Brasil. O estudo caracterizou-se como quantitativo e exploratório. Foram realizados levantamentos de informações e aplicados questionários para captar a percepção dos profissionais de saúde do Litoral Sul Potiguar, sobre os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). Foram entrevistados 62 profissionais, a maioria mulheres (75,81%), com ensino médio completo (58,06%), em 03 municípios desta microrregião. Os dados foram tabulados e analisados estatisticamente por meio do qui-quadrado de Pearson. Os resultados mostraram que a maioria desconhecia sobre os planos de gestão de RSS (72,58%) e as normas legais aplicadas a esses resíduos (80,64%). Na visão dos entrevistados, as unidades carecem de local adequado para o armazenamento de resíduos (58,06%). Não há programas de redução (67,74%), segregação (66,12%) e falta capacitação sobre o assunto (79,03%). Por outro lado, os municípios possuem empresas especializadas para a coleta final (61,29%). A maioria dos respondentes reconhece adequadamente os símbolos aplicados aos resíduos hospitalares (85,81%) e a relevância do gerenciamento adequado destes, para adequação e atendimento às normas legais, redução dos riscos ocupacionais e ambientais (64,51%) . Portanto, é importante a implantação de programas de desenvolvimento de educação permanente e implantação do PGRSS nos municípios analisados, buscando ênfase na segurança do trabalho, qualidade gerencial, atendimento às normas legais vigentes, redução de custos e segurança ambiental.

Palavras-chave: Resíduos, Litoral Sul Potiguar, Profissional de saúde

* Pós-doutorando. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Programa de PósGraduação em Ciência e Tecnologia Ambiental. Prof. Dr. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

** Doutoranda em Ciências da Saúde pelo Programa PPGCSA (Ufrn-Ccs

*** Prof. Dr. Universidade Federal Tecnológica do Paraná - Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental. Curitiba - Paraná – Brasil.

RECICLANDO E TRANSFORMANDO VIDAS

RODRIGO CARLOS DE PAULA*; ANDRÉ SEROTINI**

Nos dias atuais a inclusão é um dos assuntos mais abordados em todos os quesitos e em instituições, sendo elas de ensino ou não, todo indivíduo tem seus direitos garantidos por Lei. O tema abordado é a possibilidade de inclusão em conjunto com a sustentabilidade, proveniente da reciclagem de materiais descartados no presídio de Frutal/MG. Atualmente o presídio de Frutal/MG dispensa uma quantidade aproximada de mais de 500 marmitas que vão para os aterros sanitários da cidade. Todavia essa problemática poderia ser solucionada se houvesse a possibilidade de reciclagem desse material, o que infelizmente não acontece na cidade de Frutal/MG. O material utilizado pela cozinha que fornece a alimentação na unidade é de isopor, sendo assim, caracteriza por ser um produto passível de reciclagem, entretanto, a Associação de Catadores de Recicláveis do Município de Frutal – ASCAFRU, não adquire esse material para reciclagem. Entende-se que reciclagem é um processo de reaproveitamento dos resíduos que não são mais utilizados, dentre muitas razões do porquê de reciclar temos a importância na redução do lixo dispensados nos aterros, com a diminuição da quantidade de lixo nos aterros e conseqüentemente com o reaproveitamento desse “lixo”, estaríamos ajudando diretamente a natureza, contribuindo também no caráter visual do local. Quando reciclamos ou compramos o plástico reciclado, automaticamente estamos contribuindo para que esse material não seja despejado nos aterros ou na própria natureza, evitando a poluição dos rios, do solo e das matas. Daí a possibilidade de efetuar um trabalho de conscientização e inserção, bem como um trabalho de cunho social para toda a população, possibilitando haver um meio ambiente sustentável para as futuras gerações.

Palavras-chave: Inclusão social; Meio Ambiente; Ressocialização e Sustentabilidade.

* Universidade Do Estado De Minas Gerais, Discente Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais – UEMG FRUTAL/MG.

** Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais – UEMG FRUTAL/MG.

UMA DÉCADA DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SEUS IMPACTOS: UM ESTUDO NO PANORAMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE 2021

FABIANO TADEU SAMPAIO*; BRUNA CÁSSIA RODRIGUES GUARDIANO**;
ANDRÉ SEROTINI***

O crescimento da população e o consumismo acelerado praticado no mundo contemporâneo estão aumentando significativamente a geração de resíduos sólidos urbanos (RSU), grande desafio a ser enfrentado. O presente trabalho traz informações do parâmetro de uma década da implementação da Lei 12305/2010 (PNRS) no Brasil e suas contribuições para a gestão com enfoque no último relatório da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) sobre a geração brasileira de RSU. A lei 12305/2010 dispõe que o município é o responsável pelo descarte dos RSU e delimita os meios eficazes de destinação a fim de minimizar os impactos ambientais adversos. A legislação vigente ainda traz as classificações gerais dos RSU, considerando-os perigosos ou não de acordo com os impactos que podem causar ao meio ambiente. Em 2020, o Brasil gerou 82.477.300 toneladas de RSU. Quanto à destinação final, o relatório aponta que em 2010 o Brasil destinava apenas 56,8% do total coletado, já no atual cenário em 2021 temos 60,2% dos RSU, totalizando 46 milhões de toneladas sendo descartados em aterros sanitários. Desta forma, considerando os dados apresentados, o país precisa evoluir significativamente na área pois atualmente 39,8%, equivalente a aproximadamente 30 milhões de toneladas foram destinadas de forma inadequada em 2021.

Palavras-chave: Resíduos; Destinação; Política Nacional; Resíduos Sólidos.

* Universidade do estado de Minas Gerais - UEMG Unidade Frutal - Frutal MG, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - UEMG Frutal/ MG.

** Universidade do estado de Minas Gerais - UEMG Unidade Frutal - Frutal MG, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - UEMG Frutal/ MG.

*** Pós-Doutorando em Direito na FDRP. Docente do DCJ e do PPGCIAMB da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Líder do Núcleo de Pesquisa Direito, Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – PROPPG 01/2021.

**SEGURANÇA JURÍDICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVOS AO SANEAMENTO
BÁSICO.
COPASA-MG 2020-2021**

HELEM NAARA MACHADO DA SILVA*; SANDRA IMACULADA
MAINTINGUER**

O saneamento básico é um serviço de grande importância a qual traz segurança jurídica em vários aspectos. A universalização dos serviços de água tratada e esgoto sanitário ainda é uma barreira devido ao preço elevado, contratos irregulares, políticas frágeis e mercado incerto para novos investidores. A pesquisa surge da necessidade de investigar se a COPASA MG tem incentivo fiscal e se a sua privatização garante a universalização do sistema e acesso ao abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto para população mineira. Dessa forma o objetivo é analisar a eficácia dos programas de políticas públicas de incentivo fiscal das Debentures Incentivadas e dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios da Lei 12.431 de 2011, na implantação do saneamento básico como um fator de segurança jurídica, tanto para o cidadão que receberá o serviço, quanto para quem investe no setor. Conclui-se, portanto, que o interesse de universalização é garantir que os brasileiros desprovidos dos serviços elementares tenham acesso, garantindo sua dignidade e seus direitos fundamentais e sociais. Ao privatizar uma empresa, o objetivo é a realização do serviço para obtenção de lucro, para isso há necessidade de elevar as tarifas para se alcançar a meta estabelecida, principalmente em locais com mais problemas em saneamento. Dessa forma, há um retrocesso no acesso, se tornando um programa ineficaz e inviável.

Palavras-chave: Universalização; Segurança Jurídica; Política Pública

* Mestranda no Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara.

** Possui graduação em Ecologia pela UNESP - Rio Claro - SP, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela USP Universidade de São Paulo, com ênfase em Microbiologia Ambiental e Biotecnologia.

IMPLANTAÇÃO DA USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA COMO ALTERNATIVA PARA REINTEGRAÇÃO DE ÁREA DE ATERROS DESATIVADOS: O CASO DE ARARAQUARA

NATÁLIA ROCHA IMBRIANI*; MARCUS CEZAR AVEZUM ALVES DE CASTRO**

Este projeto pretende estudar a viabilidade de implantação de usina de energia fotovoltaica na área do antigo aterro sanitário de Araraquara-SP, inserindo-o nos conceitos propostos na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no que permeia a integração desses espaços nos centros urbanos conjuntamente com a conservação do meio ambiente e, desenvolvimento econômico. Considera também a utilização de áreas degradadas, utilizadas para a disposição final de rejeitos, para a geração de energia limpa. Os aterros sanitários desativados, são áreas que ainda demandam cautela e muitas vezes geram insegurança ao poder público quando o tema é a reintegração urbana. Os riscos ambientais e sociais que ainda circundam a área dos aterros desativados e seu entorno, geram muita discussão e atualmente, a única proposta difundida é restituição desses espaços no meio urbano como áreas verdes públicas. Tendo em vista a aceleração desordenada do crescimento urbano no interior de São Paulo e risco de invasão habitacional, é preciso refletir sobre outras formas de reutilizar áreas com entraves geográficos consolidados como os aterros sanitários desativados. Já a energia fotovoltaica, além de renovável é limpa e infinita, demanda poucos recursos financeiros e de manutenção e seu mercado têm crescido consideravelmente a ponto de ser considerada protagonista em escala mundial. No Brasil, a energia fotovoltaica, têm sido bem recebida e atualmente, lidera o ranking de produção deste tipo de energia na América Latina. Por fim, a finalidade deste projeto é analisar a viabilidade física, econômica e social do sistema fotovoltaico no aterro de Araraquara-SP, desativado desde 2012, podendo revelar novas possibilidades de tornar a área produtiva diminuindo os riscos socioambientais e, contribuindo para redução do uso de recursos naturais finitos, como água – que atualmente, é a principal matriz energética brasileira.

Palavras-chave: Gestão Ambiental; Desenvolvimento Sustentável Urbano; Usinas fotovoltaicas; Aterros Sanitários desativados; Território e Meio Ambiente - UNIARA.

* Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA, bolsista CAPES/PROSUB.

** Docente no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

Nesta comunicação tem-se por objetivo apresentar, com o aporte de bibliografia e documentos atinentes ao tema, relato de experiência sobre desafios enfrentados pelo Movimento Zapatista (Chiapas – México) para a consecução do seu projeto agroecológico, enfatizando-se a questão da reciclagem de resíduos. O Zapatismo tem as suas demandas, que são: trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça, paz, cultura e informação. Várias dessas demandas têm relações diretas ou indiretas com a questão da agroecologia, que, por sua vez, é imbricada com a visão de mundo zapatista, com a epistemologia e com a cosmovisão dos povos indígenas que o compõem. O Movimento possui diversas frentes de atuação, dentre elas, a agroecologia, e implementa várias ações nessa área, que tem equipes específicas de promotores para coordenar a sua consecução. O Zapatismo enfrenta contradições, dificuldades e desafios para levar adiante o seu projeto de agroecologia em seus territórios, em decorrência do avanço das relações capitalistas nessas áreas e seus entornos, em especial os projetos desenvolvimentistas, com ênfase nos denominados megaprojetos e seus desdobramentos. Um desses desafios é a questão de reciclagem de resíduos produzidos ou descartados em territórios zapatistas e/ou em suas imediações. O Movimento adota diversas medidas visando a consecução do seu projeto agroecológico, indissociável de outras iniciativas zapatistas nas esferas política, econômica e cultural. Dentre essas medidas destaca-se a educação autônoma, que contribui inclusive para a formação de promotores de agroecologia.

Palavras-chave: Movimento Zapatista; Agroecologia; Reciclagem; Educação autônoma.

Instituição financiadora: Capes

* Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP Marília.

PRODUÇÃO DO BIODIESEL NO BRASIL E A GERAÇÃO DE GLICEROL BRUTO

MIRIAN BARBOSA DA SILVA RUFINO*; SANDRA
IMACULADA MAINTINGUER**; MARIA LUCIA RIBEIRO***

A preocupação e a busca por soluções que colaborem com as questões ambientais colocam os biocombustíveis em destaque na matriz energética mundial, principalmente por diminuir a dependência de combustíveis fósseis e se adequarem ao crescimento sustentável. Diversos países têm estabelecido arcabouços legais, políticos e regulatórios que promovem a inserção de novos biocombustíveis na matriz energética. O Brasil está entre os principais produtores nos mercados de biocombustíveis no mundo. Além disso, o país tem ampliado suas políticas energéticas no decorrer dos anos, que foram essenciais para inserção do biodiesel na matriz energética, sobre tudo a que estabelece a adição de biodiesel ao óleo diesel desde 2004, através da Lei nº 11.097 no ano de 2005 e se tornou mandatória a partir de 2008. Desta maneira a nova Política Nacional de Biocombustíveis, o RenovaBio, lançada em 2017, foi inspirado nos modelos norte-americanos, com algumas nuances que visam a adaptação à realidade brasileira, garantindo a redução das emissões de gases de efeito estufa, além da viabilidade econômica da expansão da oferta de combustíveis renováveis. O presente estudo centrou-se em uma pesquisa da literatura com o objetivo de apontar os benefícios governamentais que colaboraram para o aumento na produção de biodiesel no Brasil. No entanto foi verificado que, o glicerol bruto - seu principal resíduo gerado - tem crescido vertiginosamente, com os avanços substanciais em políticas públicas de produção de biodiesel. Gargalos tem que ser superados em futuras aplicações do glicerol bruto para que tais ações governamentais para a produção do biodiesel nacional se tornem ambientalmente corretas.

Palavras-chave: Legislação governamental; Diesel; Glicerol; Técnicas de purificação.

*Doutoranda no PPGDTMA-UNIARA, Bolsista CAPES/PROSUP - UNIARA Araraquara/SP.

**Docente (Orientador) Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP.

***Docente (Co-Orientador) Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP.

GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS, AÇÕES E RESULTADOS

ANA CAROLINA GANDINI PANEGOSSO*; MARCUS CESAR AVEZUM
ALVES DE CASTRO**

Praticar uma gestão de resíduos sólidos eficaz tem se constituído em desafio, já que quando gerados, os resíduos exigem soluções adequadas para que alterem o mínimo possível o meio ambiente. Trata-se de uma tarefa complexa em virtude da quantidade e heterogeneidade de seus componentes, do crescente desenvolvimento das áreas urbanas, das limitações dos recursos humanos e financeiros disponíveis, além da falta de políticas públicas. Os 5 R's, reduzir, reutilizar, reciclar, recuperar e repensar, são ações práticas que, no dia a dia, podem propiciar a redução do nosso impacto sobre o meio ambiente, melhorando a nossa qualidade de vida atual e contribuindo com a das próximas gerações. Diante da elevada quantidade gerada decorrente dos atuais níveis de consumo, o IFSP Campus Matão, através de sua comissão de resíduos sólidos, apresentou uma proposta de gestão dos resíduos gerados por sua comunidade acadêmica. Seu objetivo foi identificar todos os resíduos sólidos gerados; reaproveitar os resíduos orgânicos; implantar a coleta seletiva; promover o descarte adequado; reutilizar os materiais; e otimizar o consumo visando a redução dos resíduos gerados. Tal esforço resultou em projetos de compostagem, coleta e reciclagem de óleo de cozinha usado, utilização do óleo residual para fabricação de sabão e biodiesel; e traz os indicadores do volume (em quilos) destinado à cooperativa do município, que gerou mais trabalho e renda aos cooperados. Em 2017 foram 508,01; em 2018, 1.566,50; em 2019, 1.755,76; e em 2020 e 2021, devido às aulas remotas, foram 381,86 e 247,21, respectivamente. E conclui que, com atividades de educação e sensibilização, integração entre setores, colaboração entre alunos e servidores, é possível contribuir efetivamente com o meio ambiente e economias locais.

Palavras-chave: consumo, resíduos sólidos, reciclagem, reutilização, reaproveitamento.

*Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – Campus Matão. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA).

**Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA).

**EFEITO DA SÍNDROME URBANA NA QUALIDADE DO SEDIMENTO EM
CORPOS HÍDRICOS DISTINTOS POR MEIO DA BIOLOGIA DO ORGANISMO
CHIRONOMUS SANCTICAROLI COMO FERRAMENTA DE ESTUDO**

MARCELO MARQUES DELL'ACQUA*; GUILHERME ROSSI GORNI**;
JULIANO JOSÉ CORBI***

O presente estudo analisou a qualidade do sedimento em corpos hídricos distintos, na cidade de Araraquara - SP., usando a biologia da espécie *Chironomus sancticaroli* como ferramenta de estudo. O sedimento foi coletado com uma pá de aço tipo jardinagem. Nos testes crônicos, em potes de 1 litro, foram colocados 60g de sedimento natural e 240 mL de água deionizada com 15 larvas de 1º instar, com fotoperíodo de 12h luz/ 12h escuro, aeração constante e temperatura controlada. Obteve-se um tratamento controle com 60 g de areia de cultivo e 240 mL de água deionizada, todos tratamentos foram em triplicata. Os resultados do protocolo de Avaliação de Impacto Ambiental mostraram que as áreas analisadas se encontram preservadas, mas os testes ecotoxicológicos não corroboram tais resultados. Os testes crônicos não mostraram diferença no tempo emergência de adultos quando comparados a trabalhos anteriores. A taxa de mortalidade dos organismos teve um aumento significativo em todos os sedimentos analisados, em comparação ao grupo controle, indicando indícios de toxicidade no sedimento. A fecundidade potencial das fêmeas não teve uma diferença significativa em relação ao grupo controle. As análises de mento mostraram a presença de deformidades em todos os sedimentos testados, sugerindo a presença de substâncias alóctone no sedimento. De modo geral, verificou-se uma baixa qualidade nos sedimentos das áreas analisadas. Era esperado que tais áreas, sendo consideradas como preservadas, segundo o Protocolo de Avaliação de Impacto Ambiental, tivessem uma qualidade do sedimento compatível com a área de entorno. Há uma visão que somente a preservação e manutenção das áreas de preservação permanente é suficiente para abranger a qualidade total da área, o que não foi comprovado neste trabalho.

Palavras-chave: Contaminação ambiental; Ecotoxicologia de sedimento; Bioindicador *Chironomus sancticaroli*

*Universidade de Araraquara - Uniara/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Araraquara/SP.

**Universidade de Araraquara - Uniara/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Araraquara/SP.

*** Universidade de São Paulo - USP/SP, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Hidráulica e Saneamento, São Carlos/SP.

**Políticas de segurança alimentar e questões agrárias:
mediações necessárias**

A INSEGURANÇA ALIMENTAR CAUSADA PELA COVID-19 NO BRASIL E O CENÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

LETÍCIA BARBOSA DE MELO*; ANA BEATRIZ DO AMARAL SOUZA*; GABRIELA DE SOUZA BARBOSA*; HEITOR LEMOS MARTINS*; CRISTINA VELOSO DE CASTRO**; ANDRÉ SEROTINI**

Com o surgimento e agravamento da Pandemia ocasionada pelo vírus Covid-19, a esfera mundial necessitou adaptar seus setores industriais e comerciais, causando uma das crises mais delicadas da história, junto a um aumento da vulnerabilidade global por conta da desigualdade social, devido à desconstrução da capacidade das políticas públicas de intervir sobre os processos em curso. Desse modo, o propósito desse estudo é discutir e tecer reflexões sobre as conexões entre os efeitos da Pandemia na segurança alimentar no Brasil e identificar ações políticas para desenvolver estratégias de desenvolvimento territorial para minimizar essa problemática. Para tanto, uma pesquisa dedutiva foi realizada, além de revisões bibliográficas e análises documentais, de natureza qualitativa e exploratória, para selecionar e avaliar os pontos relevantes na insegurança alimentar durante a pandemia no Brasil. Como resultados, observa-se que a insegurança alimentar resulta, principalmente, de atos políticos e econômicos inadvertidos e por vezes sem nenhum contexto que favoreça o estabelecimento de políticas públicas eficazes, concluindo que as políticas públicas são imprescindíveis no combate à fome no Brasil.

Palavras-chave: Alimentação; Política; Renda; Fome; Emprego.

* Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG Frutal/MG.

**Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG Frutal/MG.

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA FEIRA ORGÂNICA “DA ROÇA PARA A MESA” NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

LARISSA SAPIENSA GALVÃO LEAL*; HENRIQUE CARMONA DUVAL**;
LUIZ GUSTAVO ENNES PIZZAIA***; VERA LÚCIA BOTTA FERRANTE****

O presente artigo teve como objetivo apresentar as estratégias de manutenção da feira Da Roça pra mesa: feira de alimentos orgânicos e artesanais, no município de Araraquara/SP, em tempos de pandemia. O projeto se reinventou para continuar a cumprir seus objetivos de fomentar a transição agroecológica das famílias assentadas envolvidas e manter a oferta de alimentos orgânicos para os consumidores. Para o levantamento dos dados deste trabalho foram acompanhadas as vendas semanais de cada participante da feira no período anterior à pandemia, portanto até março de 2020, e posteriormente até o mês de fevereiro de 2022. Vários desafios foram colocados à continuidade da produção, da certificação e da própria feira e do atendimento ao público. Foram muitas as dificuldades enfrentadas, mas as diversas estratégias utilizadas possibilitaram a manutenção da feira e a conquista da confiança dos consumidores antigos e de novos consumidores que encontraram na feira. Além de produtos orgânicos de qualidade e preço justo direto do produtor, é também um espaço agradável ao ar livre onde é possível a interação entre os feirantes e frequentadores, com as medidas de prevenção contra a covid-19.

Palavras-chave: Produção orgânica; Circuito curto; Solidariedade.

Instituição financiadora: CAPES

*Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara - UNIARA.

**Universidade Federal de São Carlos – Campus Lagoa do Sino

***Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara – UNIARA.

****Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara – UNIARA.

**FORMA TRADICIONAL DE USO DA TERRA, CONFLITOS FUNDIÁRIOS E
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO PARQUE
ESTADUAL DO BIRIBIRI E SEU ENTORNO**

BEATRIZ ROQUE DOS SANTOS*; ALAN FABER NASCIMENTO**

As comunidades tradicionais pertencentes aos entornos de Unidades de Conservação (UC), possuem formas tradicionais de uso das terras. Com a inserção de UC surgem diversas proibições e conflitos de punho territorial e fundiário. Os aspectos relacionados aos conflitos fundiários existentes dentro e no entorno de áreas protegidas tem sido pauta de discursões na perspectiva de promover ações e soluções para minimizar tais confrontos. Esse é o caso do Parque Estadual do Biribiri (PEBI), localizado em Diamantina, em Minas Gerais que enfrenta até os dias atuais, conflitos de cunho fundiário e de uso das áreas do PEBI. Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise do processo de inserção do PEBI, a questão fundiária e apropriação das terras por parte das comunidades pertencente ao seu entorno. Para tanto, foi utilizado como metodologia a revisão bibliográfica que trata do tema proposto e a análise do Plano de Manejo do PEBI e entrevista com os três representantes das comunidades do entorno. Os resultados mostraram que a questão fundiária existente no PEBI não se encontra regularizada em função da falta de recursos financeiros para indenizar a Companhia S.A que detém 95% da área do parque. Além disso, há a questão dos processos de uso e ocupação de áreas irregulares em seu entorno e os conflitos relacionados a proibição do uso. Diante desses entraves, percebe-se o quanto se torna essencial inserir ações coletivas na perspectiva de política e economicamente as comunidades na estrutura e na gestão do PEBI. Somente assim, a gestão do parque poderá, em conjunto com as comunidades, visualizar soluções para regularizar as áreas ocupadas nos limites e entornos do parque, promovendo assim o desenvolvimento da conservação de forma efetiva.

Palavras-chave: Conflitos fundiários; PEBI; Comunidades do entorno; atividades tradicionais

* Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPGER/UFVJM).

** Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPGER/UFVJM).

DIAGNÓSTICO DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DE DOIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE PAULISTA

RONALDO WILSON DE GODOI*

O presente projeto parte de uma proposta de realizar um diagnóstico da efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em tempos de pandemia, em dois municípios situados na região sudoeste do estado de São Paulo, sendo eles Itapeva-SP e Angatuba-SP. Visa obter uma análise como um todo da organização e execução deste programa nos municípios, e os reflexos que esta política pública pode trazer aos seus beneficiários, alunos de escolas públicas. Pensando nisso, a pesquisa terá o propósito de identificar os impactos do PNAE antes da pandemia, durante a pandemia e depois da retomada gradativa das aulas. A pesquisa buscará investigar se o PNAE continuou sendo efetivo durante a pandemia, e se os atores envolvidos no programa utilizaram estratégias para que os alunos continuassem acessando os alimentos através do programa, para que isso não afetasse suas condições de segurança alimentar e hábitos alimentares. Também buscará levantar a origem e os beneficiários das compras públicas de alimentos destinados ao PNAE, se são advindos da agricultura familiar, de agricultores assentados, e se podem ser considerados produtos nutricionalmente saudáveis. Será necessário realizar coleta de informações com os gestores do programa de cada município, nutricionistas, e se possível os beneficiários do PNAE, os alunos das unidades de ensino, além de organização de agricultores familiares que participaram das chamadas públicas. Os resultados obtidos serão tabulados e analisados para compreender a efetividade ou não do programa nos dois municípios da região sudoeste paulista.

Palavras-chave: Diagnóstico, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Segurança Alimentar Nutricional, Pandemia.

*Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente na Universidade de Araraquara - UNIARA, Administrador pelo CCN/UFSCar, Universidade Federal de São Carlos, Campus Lagoa do Sino.

**CONQUISTAS E DESAFIOS ENFRENTADOS POR UMA COOPERATIVA DA
AGRICULTURA FAMILIAR DO RAMO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS NA CIDADE DE
FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ**

LEONOR VENSON DE SOUZA*; ORIO WALDO QUEDA**

A cooperação vem sendo uma estratégia para um nicho de produtores da agricultura familiar que buscam aglutinar-se em organizações cooperativas com o intuito de criar oportunidades, exercer o papel de investidor, fornecedor de produtos primários e consumidor de insumos e bens de consumo. Ao constituir-se cooperado o agricultor familiar busca resultados socioeconômicos e melhorias na produção e renda familiar. A presente pesquisa teve como objetivo identificar as principais conquistas e desafios enfrentados por uma cooperativa da agricultura familiar do ramo de hortifrutigranjeiros, fundada em 2011, na cidade de Foz do Iguaçu. A cooperativa iniciou com o número de 22 cooperados e alcançou em 2021 a participação de 486 cooperados com área de atuação em 4 municípios da região Oeste do Paraná. A pesquisa é descritiva e bibliográfica, documental com entrevista semiestruturada aplicada aos gestores, análise qualitativa e quantitativa, compreendendo um período de 10 anos. As principais conquistas foram a cessão de espaço públicos para comercialização, aquisição de veículos e infraestrutura para desenvolvimento das atividades, formação e assistência técnica na produção de hortifrutigranjeiros, intercâmbio da produção entre cooperados, participação em programas da merenda escolar e melhorias significativas na renda dos cooperados. O principal desafio está relacionado com a gestão da cooperativa, ausência de disponibilidade dos diretores em acompanhar as atividades das filiais, pouca formação dos conselheiros fiscais e dificuldades na expansão das atividades, exigindo ações de controle e acompanhamento. Em 2021 a cooperativa optou pelo desmembramento e abertura de novas cooperativas locais, com menor número de participantes, porém com maior possibilidade de participar dos Programas governamentais, principal canal de comercialização.

Palavras-chave: Agricultura familiar, cooperativas, programas governamentais, canais de comercialização

*Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, UNIARA/SP.

**Doutor em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS
DE FOZ DO IGUAÇU E HERNANDÁRIAS NO PARAGUAI –
UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

LEONOR VENSON DE SOUZA*; SINVALES ROBERTO SOUZA**

Nas duas últimas décadas a expressão “agricultura familiar” se consolidou no contexto econômico e social brasileiro. Em grande medida, esse processo representa a conjunção da luta política dos movimentos sociais rurais capitaneados pelas organizações dos agricultores familiares em prol de uma política pública específica para este setor, a própria legitimação desta bandeira de lutas por parte do Estado quando criou o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 e, mais recentemente, com a promulgação da Lei conhecida como a Lei da Agricultura Familiar. Nesse contexto verificar as políticas públicas voltadas para o setor da agricultura familiar em Foz do Iguaçu e comparar com Hernandárias, no Paraguai, considerando as similaridades e as características regionais foi a proposta desse estudo. A pesquisa é descritiva, bibliográfica e qualitativa. Os resultados da pesquisa evidenciaram a existência de programas governamentais de apoio à agricultura familiar no Brasil tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF), Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário Terra Brasil que financia a compra da terra para trabalhadores rurais e permite investimentos em infraestrutura. No âmbito dos programas há em Foz do Iguaçu a execução apenas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Duas cooperativas da agricultura familiar possuem sedes administrativas instaladas em espaços cedidos pelo município. Evidenciou também que não há políticas públicas efetivas voltadas para o setor em Foz do Iguaçu que possam ser percebidas pelos agricultores familiares. Em Hernandárias não foi diferente, identificou-se programas existentes tais como: Programa Nacional de Promoção da Cadeia Leiteira, Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PRODERS), Programa de Promoção do Desenvolvimento da Competitividade Agropecuária, Projeto de Melhoria da Agricultura Familiar Campesina e Indígena nos Departamentos da Região Leste do Paraguai (PROMAFI), Projeto Paraguai Inclusivo (PPI) fase I e fase II que tem como objetivo melhorar a produtividade e a comercialização por meio de organizações fortalecidas, o Projeto de Melhoria da Agricultura Familiar Campesina e Indígena em Cadeias de Valor da Região Leste e Projeto Melhoria da inserção no mercado dos produtores agrários organizados e comunidades indígenas da região Leste”(PIMA). Dos programas existentes encontram-se em execução, no distrito de Hernandárias, o PRODERS e o Projeto de Melhoria da Agricultura Familiar Campesina e Indígena nos Departamentos da Região Leste do Paraguai PPI-II, contemplado somente na segunda fase.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Políticas Públicas, Programas Governamentais.

* Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara/SP.

** Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara/SP.

TITULAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO: AVANÇO OU RETROCESSO

ELIZIÁRIO RUBENS DE OLIVEIRA*; OSVALDO ALY JUNIOR**; VERA LUCIA
SILVEIRA BOTTA FERRANTE***

A presente pesquisa procurará estabelecer as linhas e diretrizes para a pesquisa de doutorado, que versará sobre a influência e os efeitos da concessão de título de domínio para os assentados no estado de São Paulo. De responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (Itesp), como prevê a Lei nº 410/2021, de autoria do Executivo, aprovada em 08 de fevereiro de 2022 pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Esta lei remodela alguns aspectos dos assentamentos rurais. Transfere, em definitivo, terras pertencentes ao Estado para produtores rurais assentados que fazem o uso do espaço há, pelo menos, 10 anos ou que tenham a sua concessão há 5 anos. O objetivo que se busca é chegar a uma conclusão de qual será o impacto com a titulação dos assentados do estado de São Paulo. É um avanço ou é um retrocesso? Tendo em vista os conflitos agrários ainda existentes e o avanço do agronegócio e da monocultura, o que se prenuncia, inicialmente, é que o latifúndio retome as áreas de reforma agrária com a saída do domínio do Estado.

Palavras-chave: Titulação, Assentamentos Rurais; Lei nº 410/2021; Reforma Agrária e Itesp.

*Doutorando na Universidade de Araraquara-UNIARA/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Advogado, Técnico da Fundação ITESP.

**Prof. Dr. na Universidade de Araraquara-UNIARA/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

***Profa. Dra. na Universidade de Araraquara-UNIARA/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

CRÉDITO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: BREVE DISCUSSÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU-AL

JANAYSON RODRIGUES DOS SANTOS *; HENRIQUE CARMONA DUVAL**

O segmento da agricultura familiar desempenha grande relevância dentro do modelo rural brasileiro, mesmo não ocupando o protagonismo que lhe é devido no espaço socioprodutivo e ambiental. Desta forma, o objetivo deste artigo busca evidenciar o papel da agricultura familiar no município de Piaçabuçu-AL, fazendo um paralelo da importância deste segmento na comparação com outros segmentos do modelo rural brasileiro, utilizando como base o crédito rural do Pronaf e o número de estabelecimentos rurais. O artigo também busca fazer um paralelo entre o município citado, o estado de Alagoas e em nível nacional. A pesquisa apresenta uma análise exploratória, sob uma abordagem qualitativa. Na realização da pesquisa foi feita um levantamento bibliográfico das temáticas abordadas, como também uma breve caracterização do município pesquisado. Houve o levantamento de dados secundários em sites oficiais como o IBGE e Banco Central do Brasil, além de um levantamento bibliográfico. Os resultados apontaram que, tanto em nível nacional, estadual, como municipal, o segmento da agricultura familiar apresenta maior número de estabelecimentos rurais e de contratos do crédito rural, contudo tem a posse menor da terra, como também acessa um volume bem pequeno do crédito rural. Assim, infere-se que, tanto a concentração fundiária como o acesso ao volume do crédito rural, torna-se um entrave ao desenvolvimento rural e do segmento da agricultura familiar no município de Piaçabuçu.

Palavras-chave: Estabelecimentos agropecuários; Concentração Fundiária; Crédito Rural; PRONAF

*Universidade de Araraquara - Uniara/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Doutorado

**Docente da Universidade de Araraquara - Uniara/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

DESINFORMAÇÕES, TENSÕES E NECESSIDADES: OS DISCURSOS SOBRE TITULARIDADE DAS TERRAS NOS ASSENTAMENTOS SOB A ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO ITESP

REGINALDO BARBOSA DE ALMEIDA*; VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE**

Com a Lei 9311/2018, criou-se um discurso sobre a necessidade de dar “liberdade” ao trabalhador rural assentado, fornecendo ao mesmo o Título de Domínio das terras, considerando que o mesmo viesse a se desenvolver economicamente enquanto “proprietário”. Embasado nesse discurso, o Governo do estado de São Paulo através da Secretaria de Desenvolvimento e Cidadania junto com a Fundação ITESP, elaboraram e desenvolveram o Projeto de Lei 410/2021. A princípio, com o discurso de que o trabalhador viria a ser “proprietário” das terras onde trabalha e vive. A anuência dos trabalhadores foi quase unânime nas primeiras reuniões, resultado do trabalho de um grupo de assentados que dizia ser “representantes” dos trabalhadores rurais assentados do estado de São Paulo, junto à Fundação ITESP. Por interferência pandêmica da covid-19, as reuniões presenciais foram impossibilitadas, foram criados grupos de WhatsApp aproximando os trabalhadores rurais assentados e os agruparam em todo estado. No entanto, não esperavam divergências entre os trabalhadores sobre o tema, mas quanto mais se discutiam nos grupos, passava a ficar perceptível ao trabalhador que o Projeto de Lei 410/2021 não era benéfico, além de não lhe permitirem, de fato, o direito à propriedade. Como resultado dos debates nos grupos de WhatsApp, definiu-se dois grupos, os que foram a favor da aprovação da PL 410/2021 e os que foram contra, mas ambos os grupos queriam a propriedade das terras. Observando com mais profundidade, percebe-se através do discurso hoje, que há interesses diversos entre os envolvidos no “movimento” para a titulação das terras, que permeiam questões de expansão do lote, a comercialização através da especulação imobiliária, aspectos da insegurança sofrida pelos assentados e, em decorrência, o próprio futuro dos assentamentos.

*Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara/SP.

** Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara/SP.

POLÍTICA PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR

JAQUELINE MENDES*; JUNIOR CHAVES RODRIGUES**

A compreensão da necessidade das mudanças, seja de caráter social, política, ambiental ou de qualquer outra esfera, deve estar estreitamente ligada aos poderes públicos a fim de garantir propostas efetivas e capazes de gerar transformações nestes meios. Neste contexto, esta pesquisa ocupou-se de entrevistar 5 técnicos, ligados a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, sendo uma das instituições que desenvolve atividades no Projeto de Agricultura urbana, desenvolvida no município de Cascavel- PR, a fim de compreender como este trabalho é desenvolvido, suas potencialidades e desafios. Este projeto teve início no ano de 2018, quando a administração pública local aprovou a lei 6.874 de 16 de julho, garantindo a implantação de hortas urbanas a fim de ocupar terrenos baldios e ociosos em espaços públicos, privados, comunitários e residenciais, sendo garantido a capacitação técnica, gestão e infraestrutura destes espaços. Este trabalho visa o cuidado com o meio ambiente, função social do uso do solo, desenvolvimento da agroecologia, desenvolvimento econômico, bem-estar e inclusão social, sendo os beneficiários do projeto cerca de 150 famílias em vulnerabilidade social, através de 40 hortas espalhadas em diferentes bairros do município. Por fim, avalia-se que a partir de políticas públicas adequadas e concretas, é possível promover a transformação social, a partir de um pensamento global, mas partindo de ações locais.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Agroecologia; Transformação social

* Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Laranjeiras do Sul-PR, Programa de Pósgraduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

** Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Laranjeiras do Sul-PR, Programa de Pósgraduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

DESCONFIGURAÇÃO DO PNAE EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESCONTINUIDADES NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ELIANE DE ALMEIDA*; VERA LUCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um dos programas de alimentação e nutrição mais antigos no Brasil, oferta refeições, de maneira regular e permanente nas escolas públicas. Objetivando a promoção de hábitos alimentares saudáveis, a Lei 11.947/2009 determinou a utilização de no mínimo 30% dos recursos do PNAE na compra de alimentos diretamente da agricultura familiar. Com a interrupção das aulas presenciais, em virtude da pandemia da covid 19, a alimentação dos alunos deixou de ser ofertada nas escolas, colocando em potencial risco a segurança alimentar dos assistidos pelo programa. Nesse contexto, o governo federal publicou a Lei nº 13.987/2020 autorizando a distribuição dos alimentos adquiridos com os recursos do PNAE aos pais ou responsáveis pelos alunos durante a suspensão das aulas, conforme Resolução CD/FNDE nº 2/2020. No entanto, com a flexibilização da norma, surgiram entraves e incertezas na execução do programa, o que fez com que os municípios adotassem estratégias próprias, no que diz respeito ao fornecimento dos alimentos fora do ambiente escolar, o que pode ter contribuído para a desconfiguração do PNAE no período pandêmico. A pesquisa será feita através do estudo de casos, envolvendo os municípios do interior do Estado de São Paulo: Brotas e Torrinha, com o objetivo de analisar os arranjos e instrumentos utilizados pelo poder público, durante a pandemia do novo coronavírus, capazes de alterar o cenário da política pública, compreendendo a percepção dos atores envolvidos, os recursos disponíveis, suas estratégias e obstáculos, e propor a utilização de métodos e mecanismos de controle adaptáveis às situações de crise.

Palavras-chave: PNAE. Pandemia. Política Pública. Controle de gestão.

*Doutoranda e Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara – Uniara/SP. Especialista em Direito Municipal pela Anhanguera. Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas de São Carlos, Advogada. Assessora Jurídica do município de Torrinha/SP.

**Orientadora, Livre Docente, Doutora e Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Atualmente Coordenadora do Programa de Pós Graduação, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Uniara/SP.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: DA TERRA PARA A MESA DE QUEM MAIS PRECISA

ANGÉLICA DE OLIVEIRA MACHADO MALTA*; FLÁVIA AFONSO XAVIER BATISTA**;
PAULO DE TARSO OLIVEIRA***

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi criado pela Lei Federal nº 10.696, de 2003 e tem como finalidade promover o acesso à alimentação saudável e incentivar a agricultura familiar. O programa consiste na compra dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e na destinação para as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional e/ou de vulnerabilidade e risco social, que são atendidas pela socioassistencial dos estados e municípios participantes. O objetivo desse trabalho é discutir a importância desse programa para atingir a meta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2, que é denominada “Fome zero e agricultura sustentável”. O programa que é executado pelo Ministério da Cidadania e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vem sofrendo uma diminuição drástica nos últimos anos, em especial, nesse período pandêmico, onde a população mais carece de acesso às políticas públicas de segurança alimentar, devido à ampliação das vulnerabilidades sociais, como desemprego e ausência de renda. No município de Restinga, São Paulo, por exemplo, que sempre aderiu ao programa, tanto na questão da compra dos agricultores locais, que são, em grande parte oriundos da reforma agrária, tanto na distribuição dos alimentos diretamente para a população, não tem conseguido firmar o convênio das entidades junto à CONAB desde o ano de 2020. Esse programa precisa se efetivar como política pública de segurança alimentar e precisa ser fortalecido, pois, além de fomentar a agricultura familiar, promove acesso real das famílias mais necessitadas ao alimento saudável, levando vida, saúde e dignidade para a população mais vulnerável.

Palavras-chave: alimentação saudável; vulnerabilidade social; fome zero.

*Centro Universitário Municipal de Franca, Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Franca, SP.

**Centro Universitário Municipal de Franca, Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Franca, SP.

***Centro Universitário Municipal de Franca, Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Franca, SP.

REASSENTAMENTOS COLETIVOS URBANOS: RECONSTRUÇÕES DE VIDA SOBRE ALICERCES DESCONHECIDOS

JANETE AVELAR GUIMARÃES DANTAS CAMPOI*; MARIA LUCIA RIBEIRO**; VERA LUCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE***

O projeto tem por objetivo geral elaborar uma análise da literatura, mais recente, sobre o processo de remanejamento compulsório de famílias atingidas pela construção de empreendimentos hidrelétricos estudando: o conceito de “atingido”, direitos previstos na legislação e aqueles previstos nos programas ambientais de compensação e mitigação em remanejamentos compulsórios, verificando se, efetivamente, atendem as reais necessidades das famílias atingidas. Os objetivos específicos compreendem analisar o caso concreto do remanejamento urbano compulsório de famílias na Usina Hidrelétrica de Belo Monte, município de Altamira/PA avaliando quais os fatores críticos e potencializadores que as famílias vivenciaram no processo de readaptação aos seus novos locais de vida. Avançando nesse campo da pesquisa, também será analisada a participação das famílias nos processos decisórios que envolvem o remanejamento compulsório, bem como ocorre a reconstrução social, cultural e econômica em seus novos destinos, com seus novos vizinhos, novos espaços físicos, novos espaços de interações sociais, novos desafios para reorganizar e reconstruir suas vidas em alicerces ainda pouco conhecidos. A metodologia a ser empregada, quanto à natureza de abordagem, será basicamente qualitativa, pois priorizará a interpretação e a compreensão dos fenômenos e objetos observados em campo e terá como fonte de coleta de dados a pesquisa bibliográfica da literatura (livros, dissertações, teses, artigos, leis, decretos, estudos de impacto ambientais e programas ambientais (dados secundários), entrevistas com famílias que vivenciaram este processo de remanejamento compulsório e os fatores críticos que dificultaram ou ainda dificultam a readaptação à nova vida, como também, aspectos potencializadores que ajudaram no processo, entre outras informações a serem abordadas (dados primários).

Palavras-chave: Hidrelétricas – Reassentamentos – Compulsório - Reconstruções – Vida

*Mestranda na Universidade de Araraquara-UNIARA/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

**Profa. Dra. na Universidade de Araraquara-UNIARA/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

***Profa. Dra. na Universidade de Araraquara-UNIARA/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

**OS MELHORES TRABALHOS EXTENSÃO RURAL NA REGIÃO DE JALES
(SP) E A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL:
CAMINHOS CONVERGENTES?**

ISABELA OLIVEIRA SANTOS*; ANTONIO LAZARO SANT'ANA**

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) tem entre seus objetivos fortalecer a agricultura familiar e contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Este trabalho visou analisar duas experiências de extensão rural, tendo como referência os princípios da PNATER, assim como alguns dos objetivos previstos na referida Política que fizeram parte das ações extensionistas. Além da revisão bibliográfica sobre os temas abordados, levantou-se dados do Censo Agropecuário de 2017 da Região Geográfica Imediata (RGI) de Jales e selecionou-se duas experiências de extensão rural consideradas mais relevantes, em termos de qualidade, na referida RGI (municípios de Mesópolis e Pontalinda), e com base em um roteiro semiestruturado foram realizadas entrevistas com os extensionistas envolvidos. A análise dos trabalhos de extensão rural desenvolvido pelos pesquisados indicou que estavam em consonância com vários princípios e objetivos da PNATER, como o incentivo à agricultura de base ecológica e ao manejo sustentável dos agroecossistemas; ao acesso às políticas públicas; o apoio às organizações dos agricultores familiares; e o enfoque na participação ativa dos agricultores, respeitando seus conhecimentos. Ficou também evidenciada a importância da assistência técnica e extensão rural como mediadora de outras políticas públicas, dirigidas aos agricultores familiares, para que estes possam permanecer no campo com oportunidades e uma vida digna.

Palavras-chave: Experiências de trabalho extensionista; Princípios e objetivos da Lei de ATER; Agricultura Familiar; Políticas Públicas.

Instituição Financiadora: CNPq

*Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp, Curso de Graduação em Engenharia Agrônômica.

**Livre-Docente em Sociologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp, Professor do Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio-Economia.

AS MEDIAÇÕES ENTRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, AGRICULTURA FAMILIAR E O DIREITO SOCIAL À TERRA

MATEUS ROCHA LIMA*; ARIZA MARIA ROCHA**

Este texto tem o objetivo de refletir o encontro do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE (Lei 11.947/2009, de 16 de junho de 2009, Art. 14) com a agricultura familiar na integração do direito da terra à alimentação adequada, para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica nas obras de Bezerra (2006), Bobbio (2004), Bonavides (2008), WHO (2020), entre outros. Utilizou-se, também, a pesquisa documental em bases legais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar-FNDE e do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar – CECANE/CE. Os resultados apontam que para além do combate à desnutrição e da obesidade, a articulação do PNAE com os pequenos agricultores/produtores locais representa: 1) o diálogo intersetorial do conhecimento local com o nacional; 2) o fortalecimento das atividades econômicas, interdisciplinaridade de saberes e valorização da identidade cultural das populações rurais e dos povos tradicionais; e 3) a integração do contexto socioeconômico, político e educacional com as questões da saúde do planeta. No entanto, ainda há desafios, entre eles, o combate à corrupção da merenda escolar. Conclui-se que, do encontro do PNAE com a agricultura familiar está a integração do direito à alimentação adequada associado ao direito social à terra e embora ainda existam entraves que dificultem a integração da alimentação escolar pelo PNAE na aquisição de agricultura familiar/pequeno produtor, argumentamos que há um direcionamento de ações e estratégias e lentas transformações da alimentação escolar como incentivos à aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos pela agricultura familiar/empreendedor familiar rural e suas organizações em âmbito local.

Palavras-chave: PNAE; Agricultura Familiar; Direito Social à Terra.

Instituição Financiadora: BPI/FUNCAP

* Universidade Federal de Ouro Preto – Ouro Preto/MG.

** Universidade Regional do Cariri – Crato/CE.

POLÍTICA DE ESTADO OU DE GOVERNO? 20 ANOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ARARAQUARA-SP

MARCELO MAZETA LUCAS*; LUIZ MANOEL MORAES CAMARGO DE ALMEIDA**

O projeto de pesquisa tem por objetivo a análise da construção da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em Araraquara-SP no período de (2001 à 2021), sob a ótica da intersetorialidade, participação social, atores e arenas de construção dos processos de discussão. Neste momento inicial o pesquisador busca identificar os desafios, efetividades e entraves institucionais e organizacionais na implantação dos programas, projetos e ações ao longo dos 20 anos mencionados. Para tanto, pretende utilizar como metodologia a pesquisa descritiva e exploratória com coleta de dados junto aos atores envolvidos. Serão preparados previamente questionários para a realização de entrevistas semiestruturadas baseadas em um roteiro pré-estabelecido pelo pesquisador, formado por questões abertas pautadas exclusivamente com o objetivo de identificar os fatores determinantes da política de SAN junto aos representantes do poder público e sociedade civil. Em síntese pretende-se com os resultados esperados traduzir o caminho e as etapas percorridas diante do ciclo das políticas públicas através dos produtos e as instituições causadoras do processo. E observar a partir da tese a análise dos resultados a hipótese se houve ou não a institucionalização de uma política pública de Estado ou de governos, qual estrutura utilizada, efetividades e a formação de redes.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Política Pública, Governança, Intersetorialidade.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

** Orientador - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

DAS TERRAS LIVRES AOS TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO NO ARAGUAIA PARAENSE: TRAJETÓRIA, INTERESSES E CONFLITOS

FRANCISCO BATISTA DURÃES*; JOELSON GONÇALVES DE CARVALHO**

Este trabalho, em fase inicial de pesquisa, tem como objetivo principal analisar o avanço do agronegócio sobre o território do Araguaia paraense, no sul do Pará, buscando identificar os impactos da simbiose das modernas forças de produção com o capital mercantil sobre o desenvolvimento territorial daquela região, e especificamente, analisar os impactos econômicos, sociais e ambientais do avanço das frações mais atrasadas do capital mercantil na região, analisar o discurso ruralista e as linguagens empregadas pelas elites no controle sociopolítico e econômico, buscando contrapô-las às implicações concretas geradas pelo avanço do agronegócio. Metodologicamente, essa pesquisa se vale bibliograficamente de importantes teóricos e estudos sobre as estratégias de ocupação do território e suas manifestações de caráter econômico, cultural e socioambiental da região. Ademais, estão previstas visitas na região investigada que, alicerçadas com anotações em diário de campo e realização de entrevistas semiestruturadas, permitirão compreender *in loco* a dinâmica do agronegócio vis-à-vis a das pequenas propriedades rurais, bem como as relações sociais de produção estabelecidas entre as duas. O tema em questão se justifica pela necessidade de se dimensionar consequências econômicas, sociais, políticas e ambientais degradantes derivadas do avanço do agronegócio que, muitas vezes ficam secundarizadas pela narrativa da modernidade que o setor faz questão de sustentar. Assim, lançar luz a essa temática contribuirá para se conhecer melhor as implicações e impactos na produção e reprodução social da população local.

Palavras-chave: Território; Agronegócio; Capital mercantil; Araguaia Paraense; Conflitos.

*Doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, da Universidade de Araraquara (PPGDTMA/UNIARA).

**Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, da Universidade de Araraquara (PPGDTMA/UNIARA).

“MULHERES, DONAS DE CASA TATUIANAS”: SAÚDE, EMPODERAMENTO E BEM-ESTAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

LEILIANE PEREIRA DA SILVA*; ERIKA NOGUEIRA SOARES DE LIMA*; CAROLINE DE OLIVEIRA RESENDE*; LILIAN BRAZ RODRIGUES DE ARAÚJO PIRES*; MIRIAN VITORIA FERNANDES LOPES*; DAIANE RONCATO CARDOZO **

De acordo com ações já realizadas no âmbito da promoção social, os trabalhos com famílias em situação de riscos e vulnerabilidades sociais são fundamentais para a autonomia, o autocuidado e o fortalecimento de vínculos entre os membros das famílias, e conseqüentemente, a inclusão delas na comunidade e no mercado de trabalho. “Mulheres, donas de casa: saúde, empoderamento e bem-estar em tempos de pandemia” é um projeto social que atuou com 12 mulheres residentes em território de riscos e vulnerabilidades sociais no município de Tatuí-SP, por meio de uma pesquisa aplicada com abordagem qualitativa, a partir da implementação e avaliação de oficinas socioeducativas, em parceria com a Igreja Santa Rita de Cássia do bairro Santa Rita. Dada às condições socioeconômicas dessas mulheres e ao atual período pandêmico vivenciado, julgou-se pertinente realizar um projeto em que fosse possível contribuir com as dimensões do empoderamento feminino, especialmente em relação à educação, saúde, alimentação, família, participação, inclusão social e trabalho. Além disso, o projeto não só proporcionou o desenvolvimento do processo educativo das discentes proponentes, por meio da mediação dessas ações como também contribuiu para o desenvolvimento local, ao aderir aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente quanto aos objetivos de igualdade de gênero, fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; e redução das desigualdades. As mulheres participaram das oficinas e apreenderam conteúdos, como: saúde da mulher, atividades físicas, práticas de meditação, importância da fé, gestão emocional, planejamento familiar, autocuidado, trabalho, currículo, alimentação saudável e reaproveitamento de alimentos. O projeto foi significativamente aceito e implementado, sendo elogiado pelas mulheres, as quais demandaram sua continuidade com outros temas de interesse pelas mesmas, como educação alimentar e cuidado infantil, além da temática de alimentos.

Palavras-chave: Gestão social; Mulheres; ODS; Saúde e bem-estar; Pandemia.

* Discentes do curso superior de Tecnologia em Gestão Empresarial da Fatec Tatuí.

** Docente (Orientadora) da área de Gestão e Pesquisa da Fatec Tatuí.

Políticas Públicas Territoriais e Desenvolvimento

COVID-19 E A MOBILIDADE URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO: UM OLHAR SOB A ÓTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE A PANDEMIA E OS IMPACTOS DA RESTRIÇÃO DE ACESSO COMO OBSERVATÓRIO PARA DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA REGIONAL

DENISE CRISTINA ROSARIO VIEIRA*; MARIA LÚCIA RIBEIRO**;
LEONARDO RIOS***

A Pandemia proporcionou a observação de problemas relacionados à mobilidade urbana, principalmente do ponto de vista regional. Termos conhecidos por especialistas do Planejamento Regional e Urbano, passaram a fazer parte do cotidiano dos brasileiros, principalmente dos paulistas com a instituição do Plano São Paulo. Foi possível observar problemas relacionados à hierarquia entre poderes e esferas políticas, embates entre a União, os Estados e Municípios proporcionaram uma discussão sobre a competência entre esferas ao legislar sobre saúde pública e pôs em xeque a relação entre saúde, economia, mobilidade e governança. Objetiva-se com este estudo analisar a mobilidade urbana regional durante a pandemia do SARS-CoV2 entre os municípios de Ribeirão Preto, Cravinhos, Jardinópolis, Serrana e Sertãozinho, na Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RM-RP) sob a ótica dos decretos de Lockdown na cidade sede que dá nome à RM e os impactos na taxa de transmissão do Corona Vírus, ações judiciais e problemas relacionados à economia local. Os procedimentos metodológicos contemplarão análise documental por cruzamento dos dados secundários obtidos das seguintes fontes: dados rodoviários das concessionárias; Plataforma Digital do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Ribeirão Preto; dados dos boletins diários das secretarias municipais de saúde dos municípios; decretos municipais destinados à redução da mobilidade urbana e restrições do Plano São Paulo. Espera-se com esta pesquisa de doutorado a apresentação de diretrizes para estudos de políticas públicas voltadas para a Mobilidade Urbana Regional da PMU-RP que possibilitem integração entre seus municípios afim de uma governança integrativa de mobilidade urbana, saúde pública, desenvolvimento econômico e sustentabilidade regional.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana; Covid-19; Região Metropolitana; Locdown

*Universidade de Araraquara - Uniara/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

**Orientadora - Universidade de Araraquara - Uniara/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

***Universidade de Araraquara - Uniara/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

PARQUE ECOLÓGICO DO SÓTER EM CAMPO GRANDE/MS: INICIATIVA PÚBLICA DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

GABRIELE SCHLOTEFELDT SANTOS*; CLEONICE ALEXANDRE LE BOURLEGAT**;
FELIPE BULLER BERTUZZI***

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre o Parque Ecológico do Sóter em Campo Grande/MS. Nesta fase, o objetivo foi avaliar o parque em seu contexto histórico e territorial, na perspectiva de uma iniciativa pública de sustentabilidade socioambiental. Material e Método: a pesquisa nesta fase teve natureza descritiva, com base em fontes bibliográficas e documentais. Resultados: A constituição do parque deuse por iniciativa do governo municipal em 2003, numa área periférica de grande beleza cênica e de preservação permanente ao Norte cidade. Esta se encontrava fragilizada pela prática da agropecuária e ameaçada pela ampliação de ocupações de moradias irregulares. O parque foi estruturado visando proporcionar práticas de lazer e bem-estar à população do entorno. No entanto, sem o planejamento de acompanhamento adequado, este entorno acabou sendo alvo de fortes avanços da urbanização. Resultou em adensamento de empreendimentos industriais, comerciais, públicos e de moradias para segmentos de baixa, média e alta renda, com maior intensidade do tráfego viário. Esta nova condição e a ausência de uma cobertura vegetal adequada junto às nascentes vieram contribuindo para um efeito contrário. De um lado, esta nova situação tem ajudado a acelerar o processo de erosão e assoreamento do córrego, além de ter transformado o seu canal em receptáculo de esgoto. De outro, verifica-se um certo abandono do parque no cumprimento de sua função à coletividade local, além de servir de esconderijo de bandidos. Conclusão: Esta contextualização permitiu deduzir sobre a importância de um sistema de governança local na condução deste parque com diversas partes interessadas, visando garantir sua requalificação e manutenção da sustentabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Parque Urbano; Sustentabilidade Socioambiental; Governança Local
Instituição Financiadora: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Católica Dom Bosco (PIBIC/UCDB)

*Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável- UCDB. Instituição: Universidade Católica Dom Bosco - UCDB-MS.

**Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável- UCDB. Instituição: Universidade Católica Dom Bosco - UCDB-MS.

***Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável- UCDB. Instituição: Universidade Católica Dom Bosco - UCDB-MS.

CONVIVALIDADE NO USO E APROPRIAÇÃO COMUNITÁRIA DA ORLA MORENA DE CAMPO GRANDE/MS

LUIDY SANT' ANNA HERMÓGENES*; DOLORES PEREIRA COUTINHO**;
JULIANA CASADEI***

As discussões acerca da relação entre o indivíduo e o ambiente vêm sendo recorrentes nos últimos anos. Uma dessas formas de interação pode ocorrer nos espaços públicos. Sendo assim, o propósito deste trabalho foi analisar as condições de uso e apropriação da Orla Morena, um parque linear localizado em Campo Grande/MS, em uma abordagem de convivialidade com o espaço público. A metodologia utilizada foi a exploratória, requerendo maior familiaridade com o objeto, e descritiva sendo esta apoiada em fontes documentais. No presente estágio da investigação, foi possível caracterizar o objeto da pesquisa em seu contexto histórico-espacial. A Orla Morena é fruto de uma intervenção municipal do poder público, por meio de lei municipal, que buscou a valorização e proteção do patrimônio histórico, ambiental, arquitetônico e paisagístico do território. O parque linear urbano em estudo foi inaugurado em 2010, e com uma extensão de 2,5 km perpassando três bairros diferentes, incluindo o centro da cidade, interligando regiões da cidade antes separadas. O espaço antes abrigava os trilhos de trem, um elemento importante para a história de ocupação da cidade. O parque possuiu diversos espaços e mobiliários voltados ao lazer, à prática de esportes, e atividades culturais, feiras livres, além de áreas ajardinadas e arborizadas, que proporcionam um ambiente contemplativo para os usuários. A partir dos resultados preliminares obtidos, é possível concluir que o parque exerce grande influência na região, tendo funções de mobilidade urbana, interligação de bairros, preservação de elementos histórico-culturais, dinamização da economia local, além de facilitar a convivialidade entre as pessoas.

Palavras-chave: Parque linear urbano; Espaço público; Convivialidade.

Instituição Financiadora: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Católica Dom Bosco (PIBIC/UCDB)

*Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

**Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

***Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

GOVERNANÇA COLABORATIVA URBANA DE PRAÇAS E PARQUES DE CAMPO GRANDE/MS

TIAGO RICALDES*; JULIANA CASADEI**; CLEONICE LE BOURLEGAT***;
DOLORES COUTINHO****

Dentre as metas objetivadas e compactuadas entre as nações está a busca em garantir que as cidades se constituam em ambientes sustentáveis e inclusivos. Nessa medida, os parques e praças possuem um papel importantíssimo enquanto catalisadores do convívio entre as pessoas. A cidade de Campo Grande/MS abriga diversos parques e praças, dentre elas a Orla Morena, o Horto Florestal e o Parque Ecológico Sóter, que são o objeto desta pesquisa. O objetivo geral do presente estudo foi identificar e analisar processos de governança colaborativa e a apropriação de praças e parques urbanos relacionando com suas características, funções e os equipamentos mobiliários existentes. A metodologia adotada parte de estudos bibliográficos documentais e pesquisa de percepção. Nos resultados parciais da pesquisa, identificamos que cada parque possui sua característica predominante e diferenciada em relação aos demais. A Orla Morena possui o modelo linear, criado no alinhamento dos antigos trilhos da ferrovia, com potencial voltado a lazer, eventos e agrupamentos sociais. O Parque Sóter é um espaço onde se desenvolvem algumas relações entre moradores locais. Voltado à prática de esportes, também tem uma paisagem fortemente ligada à ecologia e sustentabilidade. Conceito esse que se encontra bem evidente no Horto Florestal Antônio de Albuquerque, onde funcionou o primeiro viveiro de mudas da cidade, onde se reforça a importância ligada ao patrimônio cultural da cidade. A compreensão desses espaços a partir da caracterização em seu contexto histórico espacial permitiu concluir as potencialidades de cada qual para a promoção do convívio entre as pessoas, e, conseqüentemente, contribuirá para definir o modelo de governança existente.

Palavras-chave: Parque urbano; Espaço público; Sustentabilidade Urbana.

Instituição Financeira: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Católica Dom Bosco.

*Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

**Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

***Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

****Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OS PARQUES TECNOLÓGICOS: ESTUDO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PR

KAUANA NASSIN SAFA*; SINVALES ROBERTO SOUZA**

O desenvolvimento de uma região é caracterizado pela união e organização dos atores na busca de solução para seus problemas e demandas, envolvendo a alocação correta destes na execução de suas responsabilidades de entrega para e com a comunidade, sendo na teoria os principais atores comumente identificados: governo, empresas e instituições de ensino, os quais juntos integram o a hélice tripla da inovação. Um dos meios de unir os atores e a capacidade inovadora aos processos existentes em uma comunidade trata-se da instalação de parques tecnológicos, os quais são responsáveis pela criação de ambientes competitivos a nível local e regional. O objetivo principal da pesquisa é de demonstrar como a instalação de um parque tecnológico no município de Foz do Iguaçu trouxe contribuições ao desenvolvimento dos 55 municípios do Oeste do Paraná em níveis de impacto econômico e ações que geram e promovem o desenvolvimento, envolvendo educação, empreendedorismo e pesquisa, tendo em vista os aspectos do desenvolvimento regional surge através dos resultados gerados pelos stakeholders do município de Foz do Iguaçu, o qual é relevante dentro do estado do Paraná no quesito geração de renda e capacitação de mão de obra. Inúmeros benefícios são gerados para o território através da transferência e difusão de conhecimento para os processos e inovações. O procedimento metodológico da pesquisa possui tipologia aplicada com estratégia em estudo de caso partindo do método misto, sendo os instrumentos de coleta entrevistas, questionários, documentos e a técnica de observação, analisado através de análise estatística e de conteúdo. O parque tecnológico se mostrou de suma importância nos processos de captação e formação de pessoas, gerando acúmulo de capital intelectual na região, proporcionando serviços com alto valor agregado e qualificação técnica para as organizações, promovendo fluxo de conhecimento na sociedade. Concluiu-se a contribuição do parque tecnológico na elevação dos níveis de empregos técnicos, promoção da cultura e empreendedorismo, fortalecimento das aglomerações competitivas, melhores níveis de qualificação da sociedade, o que impacta na promoção e geração de riqueza e assim entrega o processo de desenvolvimento em nível local e regional.

Palavras-chave: Contribuição. Desenvolvimento Regional. Parques Tecnológicos.

* Administradora, Professora Mestra do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – UDC.

** Economista, Administrador, Coordenador do Centro Universitário Dinâmica das Caratas – UDC., doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Uniara.

CO-CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS ADOTADAS EM CAMPO GRANDE/MS EM ESPAÇOS DE CONVÍVIO/DINAMICAS TERRITORIAIS SUSTENTÁVEIS

LUIZA ORRIGO SILVA*; ANA CLÁUDIA MARQUES**;
CLEONICE ALEXANDRE LE BOURLEGAT***

O seguinte plano de trabalho tem como objetivo analisar praças adotadas em Campo Grande - MS por meio do Programa de Parceria Municipal (PROPAM), entendendo o processo de adoção da praça e os impactos em sua estruturação e atratividade como espaço de convivialidade. Diante dessa temática, o referido plano foi incluído na linha de pesquisa intitulada “Dinâmicas Territoriais Sustentáveis”, no qual está vinculado ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Nesta fase, a pesquisa teve análise empírica descritiva, e baseada em fontes bibliográficas. A pesquisa tem como enfoque analisar o contexto histórico-espacial da praça adotada, no Município de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul, e analisar o processo da praça objeto do estudo do trabalho, a Praça Flamboyant, localizada no Bairro Tiradentes. Os resultados esperados são o conhecimento do processo de adoção da praça, o uso que tinha anteriormente e depois do processo de adoção ter continuidade, analisar os benefícios que essa adoção trouxe para o entorno e para a comunidade. Nessa análise foram listados os seguintes equipamentos urbanos: recreação e lazer, contemplação, passagem, a área destinada a praça. No diagnóstico da PLANURB, conforme Hulsmeyer (2014, p. 192 e 193) caracteriza-se praça como um subsistema de práticas sociais, diretamente relacionado às demandas sociais de sua localidade, predominantemente ligada a recreação e lazer por parte da população, mas também à contemplação de paisagens e ao fluxo de pessoas nos seus trajetos cotidianos. Até o momento a comunidade junto com os responsáveis pela adoção da praça estão buscando parcerias e órgãos competentes como FUNESP, fundação do esporte, SISEP, secretaria de Infraestrutura e serviços públicos, SUASC, Subsecretaria de Articulação Social e Assuntos Comunitários, em busca de melhorias relativas à iluminação e equipamentos voltados para as crianças. A pesquisa está em andamento, por se tratar de uma pesquisa de campo e os resultados ainda não foram alcançados a fim de estruturá-los para uma publicação.

Palavras-chave: Convivialidade; Bem Comum; Comunidade, Interesse social.

Instituição financiadora: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Católica Dom Bosco - PIBIC/UCDB.

* Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

** Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

*** Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE: AVANÇOS E DESAFIOS PARA A FIOCRUZ MATA ATLÂNTICA E ENTORNO, RJ

CLAUDIA FATIMA MORAIS DOS SANTOS PICANÇO*;
JANAÍNA FLORINDA FERRI CINTRÃO**

Na atual crise socioeconômica e ambiental brasileira, agravada pela pandemia de Covid19, e o avanço no desmantelamento das políticas públicas, inclusive, voltando o Brasil ao mapa da fome, é importante e salutar que a sociedade e instituições que lutam pelo fortalecimento da cidadania dialoguem e caminhem juntas para o desenvolvimento do país e, em defesa da vida e da saúde. Uma maior consciência crítica sobre a determinação social da saúde e luta pela democracia, igualdade, equidade, solidariedade, geração de trabalho e renda, enfim, um maior diálogo e luta pelos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 88, só trazem benefícios e humanização a todos. É neste contexto que se insere a Fiocruz, instituição pública brasileira de saúde e, particularmente, neste estudo de caso, a Fiocruz Mata Atlântica, localizada na zona oeste da cidade do RJ, que tem como principal objetivo contribuir para a construção de um modelo de sociedade inclusivo a partir de metodologias participativas e tecnologias alternativas que sejam viáveis para solução de problemas sociais em territórios que buscam a melhoria da qualidade de vida e a construção de um território saudável e sustentável. Assim, procurando contribuir para a construção de políticas públicas para a promoção da saúde em territórios vulnerabilizados serão analisadas as ações e tecnologias sociais desenvolvidas na Fiocruz Mata Atlântica e entorno no período 2010-2022. Para tanto, buscar-se-á no decorrer da pesquisa realizar uma ampla revisão bibliográfica, análise documental, observação participativa além de questionários e entrevistas com gestores e atores sociais locais. Espera-se contribuir com a análise do papel das tecnologias sociais para a promoção da saúde e o desenvolvimento de territórios vulnerabilizados.

Palavras-chave: Tecnologias Sociais; Promoção da Saúde; Determinação Social da Saúde; Fiocruz Mata Atlântica e Desenvolvimento Territorial.

* Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara - Uniara/SP.

** Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara - Uniara/SP.

**O EMPOBRECIMENTO NUTRICIONAL: OS IMPACTOS DO ALTO
INVESTIMENTO EM MONOCULTURAS E A ESCASSEZ DE FINANCIAMENTOS PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR E PEQUENOS PRODUTORES**

JEFERSON LIMA DOS DONATO SANTOS*, VITÓRIA KÁRITA GONÇALVES** ;
ANDRÉ SEROTINI***

A agricultura familiar é representada em sua grande parte por microempreendedores responsáveis pela distribuição de hortaliças, frutas, ervas, entre muitos outros alimentos presentes na mesa do brasileiro. Nos últimos anos, é notório que houve um grande aumento das monoculturas, principalmente de soja e milho. Essas grandes plantações têm como principal objetivo a exportação, alimentação de animais e a produção de ultra processados. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo analisar quais os impactos do alto investimento em monoculturas e, além disso, relacionar essa análise com o empobrecimento nutricional e a dificuldade encontrada por pequenos produtores para conseguirem auxílio, crédito e investimentos do Governo. Quanto a metodologia, foram utilizados os métodos de pesquisa exploratória e documentação indireta, através de livros, artigos, notícias, entre outros. Os resultados preliminares indicam que as monoculturas são prejudiciais, pois, uma alimentação deve ser variada e rica nutricionalmente. Nesse contexto, a conclusão preliminar é de que as monoculturas estão diretamente ligadas com o empobrecimento nutricional dos brasileiros, em especial, ao impedir o fortalecimento da agricultura familiar, relegada uma espécie de segunda categoria de produção, não priorizada nos planos de Governo, ficando afastada de acesso à crédito e investimentos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Monoculturas; Investimentos; Governo; Alimentação.

*Discente do curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade

**Discente do curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade Frutal.

***Pós-Doutorando em Direito na FDRP. Docente do DCJ e do PPGCIAMB da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Líder do Núcleo de Pesquisa Direito, Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – PROPPG 01/2021.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ANÁLISE COMPARATÓRIA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS EM CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS NA REGIÃO OESTE DA CIDADE DE SÃO CARLOS-SP

KEITHY JULIANE DE OLIVEIRA*; LEONARDO RIOS**;
MARIA LÚCIA RIBEIRO***

Um número elevado de estudos envolvendo os condomínios horizontais e loteamentos fechados tem focado nos fatores sociais que tem levado ao aumento desta forma de moradia no espaço urbano, porém pouco se tem investigado os impactos ambientais de acordo com o tipo de loteamento. O processo de ocupação do espaço urbano tem sido responsável pelos impactos ambientais na vegetação, rios e córregos. Em um cenário de elevação destes impactos e de aumento da demanda por serviços de saneamento e abastecimento de água, qual o modelo de loteamento, na região Oeste de São Carlos, tem maior impacto ambiental na produção do espaço urbano? Este estudo objetiva comparar os padrões de loteamentos e os impactos que esses causam na produção do espaço urbano. Serão investigados os padrões de loteamentos, o consumo de água, geração de efluentes sanitários, áreas de preservação permanente e impermeabilização do solo. Os objetos de estudo são dois condomínios horizontais fechados (alto padrão e médio padrão), um condomínio vertical, um loteamento fechado e um loteamento aberto, localizados na região noroeste da cidade de São Carlos-SP. O *software* utilizado para elaboração das cartografias temáticas foi o Quantum GIS (QGIS), versões 3.12 e 3.24.2. Os procedimentos técnicos adotados seguem as convenções cartográficas orientadas pela Semiologia Gráfica. O consumo de água nos loteamentos variou de 8,19 m³ mês⁻¹ lote⁻¹ no Parque Monte Everest a 21,28 m³ mês⁻¹ lote⁻¹ no Residencial Montreal. O tamanho médio dos lotes foi de 44 m² no Monte Everest a 510 m² no Montreal. O loteamento que apresentou a menor área verde proporcional foi o Montreal (9,71%) e o Residencial Araucária foi o que apresentou a maior área verde proporcional (32,36%).

Palavras-chave: Espaço urbano; Condomínios; Loteamentos; Impactos.

*Discente do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara, UNIARA.

**Docente (Orientador) do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara, UNIARA, Araraquara/SP.

***Docente (co-orientadora) do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara, Uniara, Araraquara/SP.

DIMENSÕES E INDICADORES PARA TRANSFORMAR A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR EM UMA CIDADE MAIS INTELIGENTE

SINVALES ROBERTO DE SOUZA*; LEONOR VENSON DE SOUZA**;
FERNANDA MÁRCIA KUMM***; HELENA CARVALHO DE LORENZO****

O século XXI está a ser palco de um processo de transformação de cidades tradicionais para Smart Cities, será necessário conhecimento dos vários de indicadores e dimensões, que devem ser analisados e ter seus projetos de melhoria implantados. Destaca-se alguns, como: economia, sustentabilidade e tecnologia. Salienta-se, que o estudo destas dimensões gera importâncias diferentes para cada indicador, assim as unidades administrativas devem se manter atentas às diversas faces de um município. Destarte, este estudo demonstra as dimensões e indicadores para transformar a cidade de Foz do Iguaçu/Pr em uma cidade inteligente. As cidades inteligentes possuem como principal característica a junção dos elementos que a compõem: tecnologia, governo e sociedade, como resultado da integração desses agentes, há o aprimoramento do desenvolvimento de suas dimensões. O procedimento metodológico aplicado foi de abordagem exploratória com a utilização do método qualitativo, e os instrumentos utilizados foram a foram a: entrevista, técnica de observação, análise documental e pesquisa bibliográfica. Analisando os resultados foi possível mensurar os indicadores para a cidade de Foz do Iguaçu, além do entendimento de como a cidade está buscando um futuro mais tecnológico e sustentável. As mudanças são uma constante no processo de desenvolvimento, e as smart cities fazem parte desse movimento de transformação, buscando formas eficientes de execução dos processos no contexto das cidades e melhorar a qualidade de vida da população de forma sustentável. E assim, por meio da análise dos indicadores possibilitou-se compreender os pontos que o município ainda precisa projetar soluções e realizar mudanças, para então, conseguir transformar Foz do Iguaçu em uma cidade inteligente sustentável.

Palavras-chave: Smart Cities; Dimensões; Indicadores; Qualidade de Vida; Cidades.

*Coordenador e Docente do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – UDC, Doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara – Uniara.

**Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara – Uniara.

***Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara – Uniara.

****Docente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara – Uniara.

**POLÍTICA PÚBLICA DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E O
PROGRAMA PIPE/FAPESP: CRESCIMENTO E FORMAÇÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO
NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

LEANDRO SEVERO*; HELENA CARVALHO DE LORENZO**

O Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE) é uma política pública desenvolvida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que apoia a pesquisa científica e tecnológica em Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPES). O objetivo do trabalho é estudar o desenvolvimento e a evolução dos PIPES localizados no município de São Carlos e a relação que os mesmos desenvolveram entre empresas, universidades e instituições, entre 1997 e 2017. A escolha do município se justifica, entre outros motivos, pelo fato de possuir o maior número de projetos PIPE per capita do estado e ser uma região de potencial tecnológico intenso. Os financiamentos públicos aplicados marcam a diferença no plano da inovação científica para o estado de São Paulo no Brasil. A pesquisa busca, também, identificar áreas e subáreas do conhecimento beneficiadas, empresas financiadas, os pesquisadores e a formação de redes constituídas pelos projetos PIPE, visando a explicação dos fatores preponderantes para o desempenho do programa. Ao longo do estudo foram utilizados métodos descritivos e exploratórios, utilizando-se livros, artigos científicos, dissertações e teses, bem como documentos oficiais de órgãos públicos. A pesquisa contou, ainda, com processos de coleta, seleção, manipulação e interpretação de dados, por meio da Análise de Rede Social (ARS). Resultados preliminares apontam a existência de redes no programa e reduzidos espaços de articulação entre as políticas públicas de fomento à inovação e o poder público municipal.

Palavras-chave: Políticas de Fomento; Sistemas de Inovação; e Redes

* Bolsista CAPES, programa PROSUP

** Orientadora - Universidade de Araraquara – Uniara/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

A BASE DE EXPORTAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO PARAGUAI

DÉBORA CRISTINA SCHMIDT LEITE*; SÍNVALES ROBERTO SOUZA**;
BÁRBARA FRANÇOISE CARDOSO BAUERMANN***

As exportações dispõem grande influência positiva na economia dos países. Teorias Econômicas clássicas, desde o século XVIII, já destacam os possíveis benefícios resultantes desse modo de comércio. O desenvolvimento das exportações e da base exportadora consistem em elementos importantes do crescimento e desenvolvimento econômico-regional tanto a nível de países como em espaços territoriais. Este trabalho teve por objetivo analisar a contribuição da base exportadora do Paraguai para o seu desenvolvimento regional, através da identificação da especialização e da dinâmica regional paraguaia, análise da estrutura produtiva do Paraguai e apresentação do multiplicador de emprego das atividades exportadoras, com base na teoria da base de exportação proposta por Douglass North, na década de 1950. O Paraguai, uma economia em crescimento, está se destacando perante seus principais vizinhos, Argentina e Brasil. Dados do Banco Central (2021), o Paraguai está crescendo cerca de 4,10% ao ano, em relação ao PIB, mostrando que a agricultura e a indústria são as principais fontes de desenvolvimento econômico e social do país, já que além de proporcionar desenvolvimento, fornece emprego e renda. Em 2021, o país exportou seus produtos a 143 países diferentes, em que 63,5% eram destinados ao Mercosul, 11,1% aos seus associados e 5,5% à União Europeia, onde os índices de exportações por níveis de processamento do país, se deu destacando-se os produtos primários com 33%, as manufaturas de origem agrícola com 32%, ademais, 26% se caracteriza pela exportação de petróleo e energia e os 9% restantes se dão às manufaturas de origem industrial. Neste cenário, destaca-se a contribuição da Lei Maquila, que através de seus benefícios estimula o investimento estrangeiro no país e o crescimento da base exportadora nacional. A abordagem da pesquisa foi realizada por meio do método misto, abordando uma pesquisa qualitativa e quantitativa, utilizando-se de pesquisa exploratória e descritiva e como instrumento de coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental. A Teoria da Base de Exportação de Douglas North, contribui para a classificação das atividades econômicas em: básicas e não básicas. A primeira refere-se ao abastecimento da demanda externa da região em que atua e nas atividades não básicas enquadram-se o atendimento do mercado interno através da produção e prestação de serviços. As atividades básicas representam a causa do crescimento regional, pois implicam em resultados com desdobramentos sobre as operações do mercado da região, visto que as empresas exportadoras geram emprego e renda, e agregam inovação e desenvolvimento contínuo. Sendo assim, através da análise regional, a base econômica do Paraguai tem um elevado grau de importância, tanto para identificar como essa base impulsionou o crescimento das suas regiões, como também da sua inserção na economia internacional.

Palavras-chave: Base de Exportação; Crescimento Econômico; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Regional.

* Acadêmica do Curso de Administração do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas - UDC/PR.

** Docente e Coordenador do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas - UDC, Doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara – Uniara.

*** Doutora, Docente do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas – UDC.

**PARQUE FLORESTAL ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE (HORTO FLORESTAL)
EM CAMPO GRANDE/MS NA CATALISAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

SILVANA ROMANINI MONTI*; FELIPE BULLER BERTUZZI**

O presente trabalho, que faz parte de uma pesquisa mais ampla, tem como objetivo diagnosticar a situação da atual realidade apresentada pelo Parque Florestal Antônio de Albuquerque (Horto Florestal) na catalisação do desenvolvimento sustentável de Campo Grande/MS, buscando caracterizar seu contexto histórico-espacial. Material e Método: Nesta fase, a pesquisa teve natureza descritiva, com base em fontes bibliográficas e documentais. Resultados: O Horto Florestal se trata de uma área dotada de grande visibilidade política, também considerada como um marco urbano por situar-se sobre a região onde iniciou a ocupação da cidade. Também considerado um Parque Recreativo Cultural, a sua influência resulta da mescla de funções e atividades proporcionando assegurar o maior interesse e a frequência dos usuários, interagindo tanto atividades ao ar livre (gramados, bosques, passeios, áreas de jogos e pistas esportivas) quanto às atividades culturais em museus, áreas de múltiplo uso e concha acústica. Sendo assim, trata-se de um local de integração social que permite atividades objetivando sua utilização para fins de educação ambiental, recreação e turismo em contato com a natureza. Entendendo que sua relação com o conceito de comunidade, como capacidade humana para partilhar o espaço, é, portanto, simultaneamente, condição fundamental da interação social e da expressão individual. Conclusão: Esta contextualização possibilitou compreender a importância do Horto Florestal para a comunidade local, espaço que contribui para a integração social e a educação ambiental dos seus frequentadores. Este estudo, ainda em andamento, também contribui para o fomento da requalificação local e da manutenção da sustentabilidade socioambiental.

Palavras-chave: parque urbano, parque recreativo; integração social.

*Universidade Católica Dom Bosco - UCDB-MS.

**Universidade Católica Dom Bosco - UCDB-MS.

REMANEJAMENTO COMPULSÓRIO POR HIDRELÉTRICAS: QUALIDADE DE VIDA EM DOIS TEMPOS

ANTONIO MARCOS CAMPOI*; OSVALDO ALY JUNIOR**; VERA LUCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE***

O remanejamento compulsório de famílias ocupantes de áreas objeto da implantação de empreendimentos hidrelétricos (UHE's), acarreta não somente a perda de bens materiais passíveis de serem indenizados, mas também de seu vínculo afetivo com o local, suas relações sociais, suas atividades produtivas exercidas em simbiose com o meio ambiente circundante, sua cultura, seus costumes, indicadores classificados como bens imateriais, portanto não passíveis de indenizações, mas fundamentais para o bem estar dos indivíduos na composição de sua qualidade de vida. Este projeto tem por objetivo identificar, caracterizar e analisar dois grupos de famílias rurais remanejadas compulsoriamente nos empreendimentos UHE Peixe Angical no estado do Tocantins e UHE Estreito no estado do Maranhão, como se deu a participação das famílias nos processos decisórios do remanejamento e como evoluiu a qualidade de vida sob a ótica de indicadores socioeconômicos, de relações sociais e sistemas produtivos. A metodologia a ser utilizada para elaboração deste projeto de pesquisa quanto à abordagem, será pela utilização dos métodos quantitativo e qualitativo, os instrumentos de coleta de dados serão basicamente três fontes, ou seja, aplicação de questionários com as famílias reassentadas, pesquisa bibliográfica e entrevistas com atores que participaram direta ou indiretamente destes processos. Como resultados espera-se que seja demonstrado que a participação direta das famílias nos processos decisórios das etapas do remanejamento, é fator importante para reduzir a evasão dos lotes pós-reassentamento, reduzir a quantidade de processos judiciais e condicionantes da Licença de Operação dos empreendedores, bem como contribuir para agilizar a recomposição da qualidade de vida das famílias em seus novos locais de destino.

* Doutorando na Universidade de Araraquara-UNIARA/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

** Prof. Dr. na Universidade de Araraquara-UNIARA/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

*** Profª Drª na Universidade de Araraquara-UNIARA/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

DISCLOSURE DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE COMUNICADAS NOS RELATÓRIOS DE GESTÃO ANUAL DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS DO OESTE DO PARANÁ

FERNANDA MÁRCIA KUMM*; HELENA CARVALHO DE LORENZO**;
LEONOR VENSON SOUZA***

A urgência e a magnitude de evitar os riscos e reduzir os danos causados ao meio ambiente, tornaram a transparência das informações atreladas a sustentabilidade um componente fundamental nas relações empresariais. O estudo das dimensões econômica, ambiental e social contemplados na análise visa ressaltar a legitimidade e a transparência das ações e práticas de sustentabilidade efetivadas e comunicadas nos relatórios de gestão das Cooperativas Agroindustriais do Oeste do Paraná. Destarte, devido a relevância das ações e práticas da sustentabilidade, o presente estudo teve por objetivo analisar como a aplicabilidade dos procedimentos de auditoria contribuiu para a *disclosure* das ações e práticas de sustentabilidade comunicadas nos relatórios de gestão anual das cooperativas agroindustriais filiadas à central Frimesa, período de 2016 a 2021. A pesquisa, de abordagem qualitativa, classificou-se como documental, bibliográfica, exploratória e descritiva. Para a verificação dos constructos, empregou-se a análise de conteúdo com o auxílio do *software Atlas.tl*, seguindo a linha da teoria da evidencição, notadamente no que tange à teoria da evidencição do relatório sustentável. A partir da análise, os resultados revelaram que todas as cooperativas filiadas ao grupo Frimesa, apresentaram um desequilíbrio na divulgação das informações associadas às dimensões da sustentabilidade, sendo que a contextualização das práticas e ações pertinentes à dimensão econômica se destacou. No que tange às dimensões ambiental e social, os resultados obtidos na apuração dos indicadores revelam que a forma de divulgação inadequada influenciou os baixos índices na comunicação das ações e práticas. De acordo com os princípios a serem observados na definição e na comunicação do conteúdo dos relatórios, deve-se descrever o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade com abrangência e equilíbrio entre as dimensões, visto que esta é uma das formas de promover a *disclosure* da sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade; *Disclosure*; Cooperativas Agroindustriais.

*Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara – Uniara.

**Docente (Orientador) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA/SP

***Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara – Uniara.

MAPEAMENTO DA AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA COMO INSTRUMENTO NORTEADOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

ANDRÉ AUGUSTO PAVAN*; LUIZ MANOEL DE MORAES CAMARGO
ALMEIDA**

O presente artigo teve como objetivo mapear o setor agropecuário de Araçatuba localizado no interior do estado de São Paulo, destacando-o como instrumento norteador de políticas públicas de desenvolvimento local sustentável. Para tanto, utilizou-se estatísticas descritivas e Análise Exploratória de Dados (AED). De maneira geral, constatou-se que o produtor agropecuário tem baixo nível de instrução, é proprietário de pequenas propriedades e produz com recursos próprios. Além disso, práticas como o cultivo convencional das terras, a baixa ou nenhuma utilização de tratores, defensivos agrícolas (agrotóxicos) e a alta atuação da agricultura familiar, são características predominantes dos estabelecimentos agropecuários do município de Araçatuba. Ademais, por meio da análise das características da agricultura familiar em comparação com a patronal, através das dimensões fundiária, tecnológica, produtiva, social e renda verificou-se que os estabelecimentos agropecuários voltados a agricultura familiar são inferiores em questão de área, carecendo de financiamento em níveis superiores à agricultura não familiar voltada ao mercado agroexportador, constatou-se as diferenças nos fatores fundiários sociais e tecnológico produtivos. Por fim, os resultados obtidos pela estatística apontam coeficientes positivos e significativos estatisticamente para o número de estabelecimentos e produção, destacando o abastecimento local de alimentos pela agricultura familiar, possibilitando o norteamento de políticas públicas de desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: Agropecuária. Desenvolvimento local sustentável. Agricultura familiar.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA).

** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA).

TRAJETÓRIA DAS UNIVERSIDADES PRIVADAS NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA DAS ESTRATÉGIAS E INTERFACES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO

GERALDA CRISTINA DE FREITAS RAMALHEIRO*; HELENA
CARVALHO DE LORENZO**

O objetivo do presente resumo é apresentar a estratégia de inserção das instituições privadas nas dinâmicas do conceito de universidade empreendedora, além de evidenciar a face da mercantilização do ensino superior e da institucionalização dos mecanismos de transferência de tecnologias e de articulação universidade-empresa. Trata-se de uma discussão teórica, fruto de uma revisão narrativa, que teve como fonte artigos publicados no google acadêmico. Como resultados, se evidenciou uma discussão em torno das características da dimensão sem fins lucrativos e com fins lucrativos do ensino superior. Outro resultado foi o delineamento histórico que explorou a estratégia governamental de intervenção na educação e que contribuiu para expansão do ensino superior via propagação de instituições com e sem fins lucrativos. Como será evidenciado, a educação superior privada no Brasil é o resultado das políticas públicas. É um setor fortemente influenciado pelas decisões governamentais e amplamente financiado pelo Estado, cujo desenvolvimento institucional foi marcado pela ausência de regulação, por incentivos tributários e fiscais, desoneração e custeio operacional além, de estratégias múltiplas de expansão. Nesse movimento de estratégias, percebe-se a formatação de um novo modelo de expansão da educação superior no Brasil via acelerada mercadorização, calcado na financeirização, oligopolização e internacionalização. Além, pontua-se que a transformação do setor educacional em objeto de interesse do grande capital foi uma das consequências da globalização. Outro marco da globalização foi o desencadeamento do conceito de universidade empreendedora, ancorada no contexto da transferência de tecnologia e da cooperação.

Palavras-chave: Mercadorização do ensino superior; universidade empreendedora; instituições privadas de ensino.

Instituição financiadora: Funadesp

*Universidade de Araraquara - Uniara/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

* Orientador - Universidade de Araraquara - Uniara/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Educação Ambiental

UNIDADES EDUCACIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: ARBORIZAÇÃO COMO PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

GEORGE PETRALLÁS*; FLÁVIA CRISTINA SOSSAE**; MARIA LÚCIA
RIBEIRO***

A pesquisa teve como objetivo realizar um levantamento sobre a importância dos espaços verdes e das ações relacionadas à educação ambiental, desenvolvidas pelos profissionais da educação nas unidades educacionais de ensino fundamental I, no município de Penápolis/SP. Para a realização desse estudo, utilizou-se a pesquisa-ação e uma análise descritiva, buscando informações específicas sobre as temáticas, utilizando como técnica de pesquisa a elaboração e aplicação de questionário aberto e fechado, com o intuito de coletar e analisar dados individuais e, posteriormente, coletivos dos docentes participantes, qualificar e demonstrar o real estágio de conhecimento ambiental desses profissionais, verificar o nível de percepção ambiental, pertencimento relacional e atitudinal frente aos desafios das unidades escolares, seus atores e o meio ambiente. No intuito de disseminar a arborização como prática de educação ambiental essa pesquisa foi planejada em etapas, desde a escolha do espaço nas unidades, limpeza da área em desuso, compostagem, aquisição de mudas, plantio de mudas específicas do cerrado paulista e exóticas, num total de sete passos. A partir desse ponto, estimular a inserção de locais verdes nas unidades e transformá-las em áreas de estudos, leitura, lazer, recreação, descanso e outros. A análise de resultados evidencia a existência de uma lacuna importante entre o que se programa e o que efetivamente ocorre no ensino da educação ambiental. Outro aspecto a ser considerado, refere-se à constatação da existência de uma formação deficitária, em nível de graduação e de capacitação dos docentes. Entende-se que este possa ser um vetor importante de boas práticas relacionadas ao meio ambiente e estímulo de ações sustentáveis em um futuro bem próximo.

Palavras-chave: Arborização Escolar; Educação Ambiental; Docentes; Relevância Social.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente UNIARA/SP - Universidade de Araraquara - UNIARA/SP.

** Orientadora - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente UNIARA/SP - Universidade de Araraquara - UNIARA/SP.

*** Coorientadora - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente UNIARA/SP - Universidade de Araraquara - UNIARA/SP.

JOGO EDUCATIVO SOBRE AGROTÓXICOS: ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA ABORDAGEM JUNTO A COMUNIDADES ESCOLARES

VIVIAN RAYANE DE MORAIS ALMEIDA*; DANY GERALDO KRAMER**

Os agrotóxicos ou pesticidas são substâncias sintéticas utilizadas no controle de pragas de plantas ou animais, na busca por melhorias da produtividade no setor agropecuário. Em caso de uso indiscriminado ou equivocado, estas substâncias químicas podem acarretar riscos à saúde humana e ambiental. Ademais, podem apresentar resíduos nos alimentos, sendo importante a conscientização sobre o uso na agricultura e em processos sanitários, além da higiene dos alimentos. Assim, objetivou-se desenvolver um jogo digital com o tema de agrotóxicos na plataforma Scratch. Neste espaço virtual, observa-se um ambiente de programação visual baseado em lógica de programação em blocos, permitindo a construção de animações, contação de histórias e jogos. Ademais, o Scratch possibilita a criação e importação de mídias variadas (música, imagens e sons) proporcionando a criação de jogos nas mais diversas modalidades, tais como jogos de trilhas, missões ou mesmo Quiz. O jogo construído foi composto de questionamentos sobre conceitos, classificações, tópicos ambientais e toxicológicos voltados aos agrotóxicos. A aplicação deste jogo em comunidades escolares possibilitará uma melhor compreensão da problematização e a contextualização da temática de agrotóxicos, para discentes ou membros da comunidade em geral, possibilitando ao participante a obtenção de informações e formar ideias críticoreflexivas sobre a temática, emitindo opiniões de forma segura e consciente.

Palavras-chave: Agrotóxico; Jogo educativo; Scratch.

* Discente de Enfermagem. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

** Programa de Pós-graduação em Saúde da Família no Nordeste – RENASF.

Departamento de Engenharia Têxtil. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

**A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: CONTRIBUINDO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E FORMAÇÃO DE JOVENS DA ESCOLA FAMÍLIA
AGRÍCOLA DE SERRA DOS AIMORÉS/MG**

JOSÉ RODRIGUES JUNIOR*; MARCIO MIRANDA SANTOS**;
HENRIQUE CARMONA DUVAL***

A Escola Família Agrícola (EFA) de Serra dos Aimorés/MG, vem se destacando cada vez mais nessa região de tríplice fronteira (Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo). A pedagogia da alternância é uma proposta educativa presente nas EFAs envolvidas em um plano de formação juntamente a um currículo integrado, voltado às famílias do meio rural com a finalidade de transformar o sujeito como agente de sua história. Tendo como objetivo estimular a conscientização pelo meio ambiente e a formação integral dos alunos do meio rural valorizando - o culturalmente. Para a metodologia deste projeto de pesquisa serão utilizados métodos quantitativos e qualitativos, com aplicação de questionários a um grupo de alunos egressos dos anos de 2020 e 2021. Além de entrevistas com os familiares do mesmo grupo de alunos. A EFA de Serra dos Aimorés atualmente atende cerca de 140 alunos de três estados (Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo), filhos de migrantes, comunidade quilombola, alunos urbanos e de assentamentos com ensino médio técnico em agropecuária; a mesma possui produção de alimentos orgânicos variados utilizados para a própria alimentação. Espera-se através desta pesquisa que as turmas de 2020 e 2021 confirmem a eficácia da pedagogia da alternância nas trajetórias de vida desses jovens, mais acessos a novas tecnologias agrícolas, inserção ao mercado de trabalho e aplicação de seus conhecimentos em suas propriedades, favorecendo a agricultura familiar e promovendo o desenvolvimento sustentável, econômico e social.

Palavras-chave: Pedagogia da alternância, Desenvolvimento Sustentável, Jovens Egressos.

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente UNIARA/SP.

** Doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente UNIARA/SP.

*** Docente e orientador no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente UNIARA/SP.

ESPECIALIZAÇÃO EM DIDÁTICA: RESSIGNIFICANDO A PRÁTICA DOCENTE

MARCIO MIRANDA SANTOS* ; JOSÉ RODRIGUES JUNIOR** ;
ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO***

Na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, a Educação a Distância (EaD) se faz encurtando o distanciamento entre as pessoas, através de 42 (quarenta e dois) polos de atuação, espalhados nos territórios do estado de Minas Gerais. Parte desta EaD se realiza através da parceria entre UFVJM, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e as Prefeituras Municipais. Entre os cursos ofertados destaca-se o de Especialização em Didática, Prática de Ensino e Tecnologias Educacionais. Assim, com o objetivo de refletir sobre as potencialidades das novas tecnologias da informação e seus impactos na prática docente, esta Especialização em Didática será o foco desta pesquisa. A metodologia empregada englobará métodos quantitativos e qualitativos, inclusive, com a aplicação de questionários destinados aos alunos matriculados no referido Curso e docentes. O objetivo é realizar um diagnóstico sobre a percepção destes atores sociais sobre o Curso assim como verificar as relações ou sua ausência entre o que está sendo ensinado e o que de fato os discentes estão aplicando em sua prática profissional cotidiana. Espera-se que a presente pesquisa possa evidenciar as potencialidades e habilidades adquiridas pelos discentes no curso de especialização, sobretudo, sua aplicabilidade e função social.

Palavras-chave: Educação a Distância; UAB; Tecnologia; Formação docente.

*Doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente UNIARA/SP.

**Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente UNIARA/SP.

***Doutora e Mestre em Sociologia pela UNESP/SP e Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA/SP.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INFÂNCIA SEM TERRA: VIVÊNCIAS NA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA

DAIANE LEITE BARBOSA RAMOS*; VERA LÚCIA S. BOTTA FERRANTE**;
MARIA LUCIA RIBEIRO

O presente projeto tem como tema uma reflexão sobre a educação ambiental e desenvolvimento territorial a partir de vivências das crianças e da infância Sem Terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Justifica-se a escolha do tema pela investigação do modo de vida das crianças que junto com seus familiares são sujeitos a um processo de luta pela reforma agrária, por melhores condições de existência, por ambiente, alimentação saudável e escola. Tem-se por objetivo geral identificar como as crianças sem terrinha se tornam sujeitos do processo, refletindo sobre a educação ambiental por elas vivenciada. Trata-se de um projeto com referências ao MST, especificamente na questão da sensibilização e conscientização sobre problemas ambientais e importância dos cuidados com a preservação da natureza. Os princípios que orientaram a pesquisa teve como fundamentação a filosofia da práxis social, considerando a relação dialética entre teoria e prática para o trabalho formativo e educativo com a infância do campo, através do processo histórico da luta pela terra no MST e a metodologia a ser utilizada será de natureza interdisciplinar, com acompanhamento de práticas pedagógicas e, posterior análise, utilizando recursos de portfólio, natureza, calendários comemorativos, pesquisa de campo, entrevistas semi estruturadas nas áreas de Assentamentos da Reforma Agrária na Região do Vale do Paraíba (SP). Como resultados da pesquisa, busca-se, na análise aqui proposta, ressaltar a importância de trabalhar a questão ambiental na infância Sem Terra, dado que estão construindo uma educação emancipadora baseada na sua luta e no pertencimento ao seu território (práticas pedagógicas lúdicas, contato com recursos da natureza).

Palavras-chave: Infância Sem Terra; Práticas Pedagógicas/Recurso da natureza; Educação Ambiental na Infância.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

** Orientadora - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

AVALIAÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES, ATIVIDADE FÍSICA, EM RELAÇÃO A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL E SENSAÇÃO DE BEM-ESTAR DOS ALUNOS DE DIFERENTES CURSOS DE GRADUAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

CRISTIANE DE CASSIA PANELI*; JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ**; ZILDO GALLO***

Este estudo tem como objetivo investigar se existe diferença quanto a percepção dos alunos dos dois últimos anos dos cursos de Análises de Sistemas (ADS), Engenharia Civil, Enfermagem, Odontologia, Direito e Administração (ADM) em uma Instituição de Ensino Superior sobre qualidade de vida, alimentação, meio ambiente e atividade física, em função da diferença de formação e estrutura curricular. Trata-se de um estudo exploratório com abordagem quali-quantitativa. Espera-se com esse trabalho propor ações que possibilitem o debate sobre sustentabilidade, alimentação saudável, qualidade de vida, atividade física e meio ambiente de modo a proporcionar melhor compreensão da realidade, para uma atuação mais crítica e relevante quanto a preocupação com a segurança alimentar e nutricional, demonstrando a necessidade de provocar uma tomada de consciência por meio da educação que sejam coerentes à Constituição brasileira e aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e ainda analisar, discutir e propor uma alteração curricular mínima que propicie uma melhor interação homem natureza, frente as mudanças climáticas, independente da área de formação, para que sejam de fato enfrentados os desafios do antropoceno através da formação de profissionais conscientes e atuantes nas suas diferentes atividades profissionais.

Palavras- chave: Sustentabilidade, alteração curricular, ODS, Antropoceno.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

*** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado – UNIARA.

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA PERCEPÇÃO DOS DIVERSOS
ATORES EM UMA COMUNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DE
COLATINA/ES**

NEUCEDES VALLANDRO BROSEGHINI*; FLÁVIA CRISTINA SOSSAE**;
MARCUS CESAR AVEZUM ALVES DE CASTRO***

Esse trabalho é um desdobramento de um projeto de dissertação sobre a percepção ambiental em uma comunidade escolar, através de seus educadores e principalmente de seus alunos utilizando como instrumento o manejo adequado dos resíduos sólidos orgânicos gerados no preparo da merenda escolar e a criação de hortas como forma de revitalização dos espaços e integração sociais, através da educação ambiental. Neste sentido, despertou o interesse em realizar essa pesquisa para que a comunidade escolar compreenda as causas e consequências das ações antropológicas sobre o meio ambiente, uma vez que a produção excessiva, o manejo inadequado e a destinação final de resíduos comprometem a saúde humana e a qualidade do ambiente. O objetivo desta pesquisa é promover a percepção ambiental dos diversos atores em uma comunidade escolar utilizando como instrumento o manejo adequado dos resíduos sólidos orgânicos gerados no preparo da merenda escolar para a criação de hortas e compostagem. Como método de pesquisa os dados quali e quantitativos serão obtidos com a aplicação de questionário semiestruturado através de perguntas com roteiro de questões abertas e fechadas e por meio da revisão da literatura baseado na experiência que expõe o conhecimento e a percepção ambiental dos atores envolvidos no qual teremos o resultado da pesquisa, que incluirá o objetivo principal, ou seja, a coleta de dados sobre as questões de sustentabilidade e educação ambiental para o consumo e o descarte correto dos resíduos sólidos orgânicos.

Palavras-chave: Resíduos sólidos orgânicos; Compostagem; Educação Ambiental; Percepção ambiental.

* Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara – UNIARA – Araraquara, SP.

** Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara– UNIARA – Araraquara, SP.

*** Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara– UNIARA – Araraquara, SP.

ASPECTOS EDUCACIONAIS E INCLUSIVOS DO SURDO POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DO APARELHO AUDITIVO

ERASMO APARECIDO PICCOLO*; HENRIQUE CARMONA DUVAL**

O processo inclusivo no Brasil é significativo, pois são 45,6 milhões de pessoas que apresentam pelo menos um tipo de deficiência, ou seja, são 23,9% da população, sendo que 9,7 milhões da população brasileira possuem algum tipo de surdez, o que representam 5,1% da população. Uma prática muito comum após o diagnóstico do nível de surdez do aluno é encaminhá-lo aos centros de especialidade, inclusive com a possibilidade de colocação dos aparelhos auditivos, mas podem resultar na desistência do surdo que acaba abandonando a adaptação dos equipamentos em seus ouvidos e optam pela não utilização dos aparelhos auditivos. Nesse ambiente, o objetivo do estudo foi analisar as motivações que fazem com que os surdos utilizem ou não utilizem os aparelhos auditivos. Para tal construto realizou-se uma pesquisa descritiva que abordou as dificuldades encontradas na área inclusiva, em especial pelos surdos na utilização de aparelhos auditivos, o estudo assumiu o formato de pesquisa de motivação que buscou saber quais as razões que fazem com que os surdos utilizem ou não utilizem aparelhos auditivos. O roteiro de pesquisa elaborado, bem como a observação no momento de sua aplicação permitiu constatar que a utilização do aparelho auditivo se dá pela sua contribuição na melhora da audição e que 60% consideram seus aparelhos bons e ótimos e 40% médios e regulares, ainda assim, disseram que precisam sentar nas primeiras carteiras para ouvir o conteúdo com mais clareza e manter contato visual para a leitura labial. Outra constatação significativa é quanto ao diagnóstico e encaminhamento, pois a experiência de utilizar o aparelho pode ser traumática e negativa para o surdo e fazer com que ele não queira utilizar o equipamento.

Palavras-chave: Deficiência Auditiva. Aparelhos Auditivos. Educação do Surdo.

* Prof. IFSP. Doutorando em Desenvolvimento Territorial – UNIARA. Especialista em LIBRAS – UCM.

** Prof. UFSCAR / UNIARA. Dr. Ciências Sociais – UNICAMP.

O AVANÇO DAS NOVAS TECNOLOGIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

DANIELLE CRISTINA REAL AQUINO*; ZILDO GALLO**

Os avanços das novas tecnologias e as novas formas de se comunicar pela internet, especialmente em tempos de pandemia, com a aceleração de propostas em formatos digitais de diversos serviços é evidente. A tendência desse movimento é continuar crescendo, algo que se intensificou durante a pandemia. Governos, instituições e cidadãos têm se utilizado das redes sociais para uma aproximação mais eficiente contribuir inclusive com a promoção da democracia. Com maior adesão de novas tecnologias no último período, especialmente do poder público em decorrência da pandemia, quando a boa parte dos serviços presenciais sofreu paralisação para diminuir e conter a contaminação da população, atividades essenciais precisaram ser adaptadas para o digital. Estas mudanças, assim como o fortalecimento dos serviços em formato digital ainda continuam mantendo assim as atividades implementadas em andamento. É um caminho sem volta. Com a intensificação desse movimento, se faz importante um estudo da eficiência do serviço prestado e da continuidade de acesso desses espaços por meio da comunidade. Ricarte (2020, p. 59-60)³ aponta que “o confinamento provocado pela covid19 pode ter acentuado a nossa profunda imersão”. Mas, ao mesmo tempo, o autor questiona se o processo de digitalização continuará acelerado e demonstra um anseio de progresso. Isso posto, pode-se dizer que tratar desta pauta é fundamental para garantir crescimento e aperfeiçoamento ordenado destes serviços que podem transformar o universo digital de serviços na atualidade.

Palavras-chave: Comunicação; redes sociais; pandemia; serviços.

*Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara – Uniara/SP.

**Doutor em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas, Professor no Programa de Pósgraduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de Araraquara – Uniara/SP. RICARTE, Élmane. A Expansão do processo de digitalização durante a pandemia de covid-19. In: Revista Portuguesa de Geografia. Vol. 55, no 115. Portugal: 2020.

POLÍMEROS E MEIO AMBIENTE: DIVERSIFICAÇÃO PEDAGÓGICO ATRAVÉS DE JOGO EDUCATIVO

EMYLLE ANNE COSTA*; DANY GERALDO KRAMER**

Os polímeros são macromoléculas constituídas por estruturas menores denominadas monômeros. Estes, fazem parte da constituição de inúmeros materiais presentes no dia a dia da sociedade atual, incluso com problemáticas ambientais, decorrentes do descarte inadequado destes materiais. Neste sentido, objetivou-se desenvolver um jogo digital aplicados aos polímeros e meio ambiente. Para tanto foi utilizada a plataforma Scratch para a produção do jogo, constando de 10 questões na modalidade QUIZZ, versando sobre conceituação, classificação e possíveis impactos ambientais vinculados aos polímeros. A plataforma Scratch possibilita a criação de animações, jogos e histórias interativas por meio da programação em blocos, o mesmo poderá ser acessado de forma online e gratuita. Assim, o jogo criado configura-se uma ferramenta pedagógica importante para intervenções de educação ambiental para públicos diversificados, possibilitando a estes, um aprendizado criativo, cultural e dinâmico. Portanto, para os participantes, o jogo será o ponto de partida para o desenvolvimento de um olhar mais crítico sobre os polímeros, visando refletir sobre qual papel desempenhamos em relação ao seu uso exacerbado e conseqüentemente seu impacto negativo ao meio ambiente. Bem como sobre sua ocorrência e importância na sociedade atual.

Palavras-chave: Polímeros; Meio Ambiente; Jogo.

*Discente do curso de Graduação em Engenharia Têxtil. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal/RN.

**Programa de Pós-graduação em Saúde da Família no Nordeste – RENASF. Departamento de Engenharia Têxtil. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PRESENTES NO PROJETO “PARCEIROS DA ESCOLA” PARA OS PROCESSOS FORMATIVOS DE EDUCADORES E GRADUANDOS

MATHEUS HEIDERICH MORENO*; MARIA BETANEA PLATZER**;
EDUARDO DONATO ALVES***

Discussões sobre Meio Ambiente (ME) e Educação Ambiental (EA) revelam-se fundamentais em nossa sociedade e, nesse contexto, desenvolvemos o Projeto intitulado Parceiros da Escola, vinculado ao curso de Ciências Biológicas de uma Instituição de Ensino Superior privada, junto a escolas de Educação Básica, públicas e privadas, que atendem alunos do ensino fundamental e ensino médio e que estão localizadas em cidades do interior do estado de São Paulo. Com base no exposto, o presente trabalho, que integra parte de pesquisa de Iniciação Científica em desenvolvimento, visa a investigar como educadores (em especial, uma coordenadora, três docentes e dois técnicos de laboratório) e seis alunos universitários que atuam no Projeto Parceiros da Escola compreendem as atividades que nele desenvolvem, desde planejamento na Universidade até ações desenvolvidas diretamente com os alunos da Educação Básica. Nossos estudos estão fundamentados nos princípios freirianos de Educação e pontuamos que a coleta de dados foi realizada por meio de questionário e entrevista semiestruturada, buscando investigar o envolvimento dos participantes acerca das atividades desenvolvidas. Como resultados parciais, verificamos a relevância da parceria Universidade e Educação Básica, promovendo o fortalecimento dessas instituições de ensino em se tratando da formação continuada de educadores universitários e formação inicial dos graduandos, futuros licenciados, sobre questões ambientais em uma perspectiva emancipatória. Esperamos favorecer reflexões sobre como os participantes, que estão na Universidade, compreendem seu papel e contribuição para a sua própria formação e a formação de alunos da Educação Básica acerca de temáticas ambientais na atualidade. Além disso, consideramos importante a exposição dos desafios presenciados pelos participantes do Projeto e as estratégias consideradas possíveis para um melhor desempenho na elaboração e na realização das atividades, enfatizando que é necessário o trabalho em equipe para o bom desenvolvimento das ações propostas.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Educação Ambiental; Formação Inicial e Continuada; Universidade.

**Universidade de Araraquara (Uniar).

***Universidade de Araraquara (Uniar).